

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PAULA GARCIA NOGUEIRA

PRIMAVERA DE 1968: PRAGA SOB TANQUES

MONOGRAFIA

GOIÂNIA
2020

PAULA GARCIA NOGUEIRA

PRIMAVERA DE 1968: PRAGA SOB TANQUES

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação de Pesquisa do Curso de Licenciatura em História da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Professor(a) Licenciado(a) em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Renato

GOIÂNIA

2020

Ficha Catalográfica

Nogueira, Paula.

Primavera de 1968: Praga sob tanques / Paula Nogueira. – 2020.

74 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Curso de História, Goiânia, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo José Reinato.

1. Tchecoslováquia. 2. Comunismo. 3. Primavera de Praga. I. Título



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Monografia nº _____ Semestralidade 2020-2

Autor(a): _____

Título: _____

TERMO DE APROVAÇÃO

O trabalho foi apresentado durante o **I Colóquio de História e Arqueologia**, realizado entre 7 a 12 de dezembro de 2020, conforme as “Normas de Monografia” da Coordenação de Pesquisa em História, instituídas pela Coordenação de História por intermédio do Ato Próprio Normativo nº 001/2017. O(a) candidato(a) foi arguido(a) pelos(as) docentes nomeados(as) abaixo e seu trabalho de conclusão de curso, requisito parcial para a obtenção do título de Professor(a) Licenciado(a) em História, considerado _____.

(Aprovado, aprovado com ressalvas ou reprovado).

Goiânia, _____ de dezembro de 2020.

Prof(a).: _____ Prof(a).: _____

Prof(a).: _____, orientador(a) e presidente da banca.

Visto da Coordenação de Pesquisa em História

Ao dia 23 de setembro.

AGRADECIMENTOS

Pela orientação e pelo suporte, mas principalmente por toda a empolgação e leveza com que abraçou este tema e este trabalho desde quando era apenas um projeto de Iniciação Científica, agradeço ao Prof. Dr. Eduardo José Reinato. Pela excelente formação proporcionada agradeço aos professores do curso de História e a PUC Goiás.

Aos meus pais por todos os esforços para que eu chegasse a esse momento. A Prof. Me. Luciene Costa Pereira, agradeço por ter me instigado desde o início o interesse pela História e pela profissão. Nenhuma teoria ou conhecimento é capaz de dar sentido ou trazer conforto como uma boa amizade, então agradeço aos meus amigos por todas as conversas e momentos compartilhados.

“A história é tão leve quanto a vida do indivíduo, insustentavelmente leve, leve como uma pluma, como uma poeira que voa, como uma coisa que vai desaparecer amanhã.”

A Insustentável Leveza do Ser
Milan Kundera

RESUMO

A Tchecoslováquia foi um país de breve, mas complexa existência. Desde a criação do país em 1918, à tomada do poder pelos comunistas em 1948 e a Primavera de Praga em 1968, o país enfrentou multiplicidade de regimes políticos e interferências externas. As problemáticas deste trabalho se relacionam na compreensão dos processos geradores desses eventos, bem como as posições dos diferentes sujeitos histórico-políticos através de seus próprios textos, discursos e documentação. Visa-se a compreensão das formas de atuação do Partido Comunista Tchecoslovaco e a resistência civil ao regime implantado. No primeiro capítulo trabalharemos a política internacional e o contexto histórico, político e social envolvendo a criação do país até o momento em que o Partido Comunista toma o poder para si. No segundo capítulo, analisaremos o Estado e a burocracia durante o regime implantado, a tentativa de democratização pela Primavera de Praga em 1968 e a invasão da União Soviética ao país. A metodologia consiste na análise bibliográfica e literária do tema tratado.

Palavras-chave: Tchecoslováquia. Comunismo. Primavera de Praga.

ABSTRACT

Czechoslovakia was a country with a short but complex existence. Since the country's creation in 1918, to the seizure of power by the Communists in 1948 and the Prague Spring in 1968, the country has faced a multiplicity of political regimes and external interference. The problems of this work are related to understanding the processes that led to these events and the positions of the different subjects in action through their own texts, discourses, and documentation. It aims to understand the ways of procedure of the Czechoslovak Communist Party and the civil resistance to the regime implanted. In the first chapter, we will discuss international politics and the historical, political, and social contexts involving the creation of the country until the moment that the Communist Party takes the power for itself. In the second chapter, we will analyze the government and the bureaucracy during the implemented regime, the attempt at democratization through by Prague Spring in 1968, and the country's invasion by the Soviet Union. The methodology consists of bibliographic and literary analysis of the theme.

Keywords: Czechoslovakia. Communism. Prague Spring.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. A política internacional e a ordem estatal na Tchecoslováquia	
1.1 A criação da Tchecoslováquia	13
1.2 Da Crise dos Sudetos a ocupação alemã	18
1.3 Da “salvação” vermelha ao “Fevereiro Vitorioso”	22
2. O governo comunista, resistências e as vias de “normalização” política	
2.1 Estado e burocracia no governo do Partido Comunista	29
2.2 Da Primavera de Praga ao Manifesto das “Duas Mil Palavras” e a Carta dos Cinco	33
2.3 A invasão dos cinco exércitos do Pacto de Varsóvia e as resistências	44
2.4 A permanência do Regime Comunista e a “normalização” política	52
Considerações Finais	54
Bibliografia	57
Anexos	
Anexo A – Imagens da invasão	59
Anexo B – O manifesto das “Duas Mil Palavras”	61
Anexo C – A Carta dos Cinco	69

INTRODUÇÃO

A Tchecoslováquia foi um país que possuiu uma história com início e fim. Sua duração de 75 anos, inserida na Era dos Extremos, termo cunhado pelo historiador Eric Hobsbawm para se referir ao século XX. A Tchecoslováquia é produto dos eventos desse século. Entretanto, mesmo que sua história esteja diretamente ligada à grandes eventos que afetaram a conjuntura ocidental, ainda é pouco pesquisada nesse mesmo meio científico.

Sua criação se dá após o desmantelamento do Império Austro-Húngaro ao final da Primeira Grande Guerra. Perpassa vinte anos de uma Primeira República democrática (1918-1938), para a humilhação do Acordo de Munique – uma tentativa das potências ocidentais de impedir o avanço de Hitler –, resultando na Segunda República e se tornando, em 1939, um protetorado alemão. Ao se libertar das forças nazistas, passa a orbitar outra grande potência, dessa vez, os vermelhos soviéticos. E assim, tendo o comunismo como política interna durante mais de 40 anos (1948-1989).

O “Fevereiro Vitorioso” de 1948, como ficou conhecida a tomada do poder pelos comunistas, resultou praticamente no fim da propriedade privada. Os meios de produção passaram a estar quase em sua totalidade nas mãos do Estado socialista ou das cooperativas de trabalhadores. A população tinha direito ao trabalho, previdência social, e suas possibilidades de instrução aumentaram em proporções sem precedentes, além da base industrial que se consolidou e expandiu. Entretanto, o comando social ficou sob o domínio de uma casta burocrática que expropriava politicamente o proletariado, impedindo a realização da democracia operária.

O centralismo burocrático foi personificado por Antonin Novotny e seu grupo político. Ocupava o cargo de Primeiro Secretário do Partido Comunista Tchecoslovaco desde 1953 e, assumiu também, a função de Primeiro-Ministro a partir de 1957. Era completamente submisso à URSS, e sua carreira se fez após os expurgos de dirigentes não confiáveis aos soviéticos, bem como no contexto de consolidação do partido único frente ao Estado, além de ser um artífice da ditadura na Tchecoslováquia. O país já estava sob a influência e seguindo o modelo da União Soviética desde que os comunistas chegaram ao poder e aderiram ao Pacto de

Varsóvia¹ desde sua criação em 1955. Sendo assim, foi sendo minado todas as outras possibilidades de gestão socialista que não estivesse sob a égide stalinista.

O ano de 1968, conhecido como o “ano que abalou o mundo” também foi de suma importância para a Tchecoslováquia. Em janeiro, com a ascensão de um novo Primeiro-Secretário do Partido Comunista, Alexander Dubcek, inicia um processo que seria conhecido como a Primavera de Praga, um processo de renovação do socialismo, um regime com “face humana”. No entanto, a União Soviética foi contra as reformas, pois acreditavam que o país tentava um retorno ao capitalismo, e mesmo com os dirigentes tchecoslovacos assegurando que o comunismo estava protegido, as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a capital tcheca em 21 de agosto, e as reformas que estavam sendo implantadas ficaram incompletas. A população civil fez forte resistência a invasão ainda que não tenha conseguido êxito.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é compreender os processos geradores desses eventos e os sujeitos histórico-políticos envolvidos. Tem-se como hipótese primária que os sujeitos histórico-políticos buscavam construir um socialismo com participação popular e não alcançaram o objetivo, pois foram prejudicados pelo mesmo Comitê Central do Partido Comunista Tchecoslovaco que havia iniciado as reformas. O *Presidium* interrompeu a construção do socialismo de “face humana” agindo em colaboração e tentando realizar uma política de apaziguamento com os burocratas soviéticos que queriam manter sua ortodoxia comunista e calar as forças sociais que emergiam. Já a hipótese secundária é que a Primavera de Praga, embora iniciada por lideranças políticas, foi abraçada por diferentes setores da sociedade, como operários, intelectuais e estudantes exigindo que o movimento continuasse mesmo mediante as pressões externas.

Isto posto, passemos a parte estrutural da monografia. O trabalho se divide em duas partes. A primeira parte intitulada “A política internacional e a ordem estatal na Tchecoslováquia”, nos propomos a apresentar o contexto histórico, político e social desde a criação do país em 1918 com a dissolução do Império Austro-Húngaro, perpassando a Crise dos Sudetos, o Acordo de Munique e anexação do país a Alemanha de Hitler. Em seguida, abordaremos o momento em que o Exército

¹ O Tratado de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua do Leste, ou Pacto de Varsóvia, conforme o nome da cidade onde foi assinado, em 1955. O tratado era uma aliança militar e um compromisso de ajuda mútua entre todos os países do Leste Comunista: União Soviética, Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia e Albânia (que se retirou em 1968).

Vermelho vence as forças nazistas e a Tchecoslováquia passa a estar sob o governo de uma coalizão de partidos chamada Frente Nacional e, por fim, encerrando-se quando o Partido Comunista Tchecoslovaco se consolida no poder como única força política em 1948.

E a partir dessa contextualização, passaremos para segunda parte nomeada “O governo comunista, resistências e as vias de ‘normalização’ política”, que abordará o Estado e a burocracia no governo comunista, e como a Primavera de Praga vai sendo gestada nesse contexto. Além disso, trataremos da adesão da população tchecoslovaca e a recepção desse movimento na União Soviética, assim como nos outros países comunistas do Pacto de Varsóvia, analisando os documentos o Manifesto das “Duas Mil Palavras” e a Carta dos Cinco. Em seguida, compreenderemos o momento da invasão dos cinco exércitos a Praga e as formas de resistência, tanto civil quanto oficial, até a permanência do regime comunista subordinado aos soviéticos com a restauração do poder burocrático e a “normalização” política. Tal palavra que gerou ambiguidade entre os tchecoslovacos e os soviéticos.

A metodologia consiste em análise bibliográfica e literária, utilizando-nos de testemunhos e documentos produzidos pelos sujeitos históricos que viveram esses acontecimentos, além de análises historiográficas produzidas posteriormente.

Cabe salientar que existem diferentes grafias para o nome do país em português: Tcheco-Eslováquia, Checoslováquia, Tchecoslováquia. Isso se deve a tentativa de produzir o som original do tcheco na grafia portuguesa. Além disso, a união desses dois povos, como apresentaremos no primeiro capítulo, foi artificial, uma união de forças para obter superioridade numérica frente a outros povos que viviam na região. Dessa forma, alguns autores se utilizam do hífen para demarcar que são dois povos diferentes juntos. Entretanto, neste trabalho, para fins de padronização, nos utilizaremos da grafia Tchecoslováquia, excetuando-se em citações diretas em que manteremos a escolha do tradutor.

1 A POLÍTICA INTERNACIONAL E A ORDEM ESTATAL NA TCHECOSLOVÁQUIA

1.1 A criação da Tchechoslováquia

Para que os objetivos desta monografia sejam alcançados, faz-se necessário realizar uma percepção do tempo histórico para que compreendamos melhor em qual contexto histórico e político estava inserido o Estado-Nação tchecoslovaco para que, posteriormente, possamos compreender os processos que resultaram na instalação do regime instaurado em 1948. Sendo assim, o ponto de partida deste estudo inicia-se no desmembramento do Império Austro-Húngaro e a conseqüente criação da Tchechoslováquia, perpassando, brevemente, a Primeira-República (1918-1938) que se encerra com a ocupação alemã. Abordaremos ainda nesse capítulo a “libertação” vermelha e o processo de tomada do poder pelos comunistas, o “Fevereiro Vitorioso”.

O Império Austro-Húngaro surge em 1867 como uma união constitucional entre o Império Austríaco e o Reino da Hungria regido pela dinastia Habsburgo. Por ser um estado multinacional, logo, possuía grupos multiétnicos sob seu poder. Entre eles, encontravam-se os tchecos – que já faziam parte do Império Austríaco –, e os eslovacos – que estavam sob suserania húngara há quase um milênio. A criação dessa duarquia permitiu um espaço de interação entre esses dois povos, que possuíam alguns fatores sociais e culturais em comum, tais como, a língua, a religião cristã (católica e protestante) e uma cultura ocidentalizada, em comparação a cultura dos seus vizinhos eslavos (MCDERMOTT, 2015 *apud* Busetti, 2018).

Figura 1 – Império Austro-Húngaro com nacionalidades representadas



Fonte: WAWRO (2014)

Mesmo que possuíssem língua, cultura e costumes próprios, que lhes davam certo senso de identidade, os tchecos e os eslovacos não detinham poder político ou militar para constituírem um Estado de território com fronteiras definidas e governo autônomo frente ao domínio imperial austro-húngaro.

E, ainda, as nações submetidas ao poder do Império passaram por um certo isolamento em relação a outras nações da Europa, o que fez aflorar a identidade nacional através da criação de mitos, e até mesmo, da educação formal que enfatizava a importância de sua história e de sua língua. Nações como a tcheca e a eslovaca reivindicavam autonomia, mas não tinha um teor de completa separação da dinastia Habsburgo. Andrea Orzoff caracteriza o mito de formação nacional da seguinte forma:

A história transcorre assim: sob governança dos Habsburgos, os inicialmente democráticos, pacíficos e tolerantes tchecos foram violentamente reprimidos por austríacos belicosos, autoritários e reacionários, sob cujo regime a língua tcheca e sua consciência nacional quase findaram. A identidade tcheca foi resgatada por um heroico e devotado grupo de intelectuais, apelidado de os “Despertadores”, que trouxeram a nação dormiente de volta à vida recriando o tcheco literário, recontando a história tcheca e fazendo reivindicações políticas em nome de uma “nação tcheca”. Jan Hus, o general hussita de um olho Jan Žižka, a União dos Irmãos Tchecos, a Batalha da Montanha Branca: essas figuras históricas e eventos dos séculos XV e XVI foram sinais emocionalmente ressonantes dentro de uma narrativa coerente de retidão moral, vitimização por alemães agressivos (ou a Igreja Católica, encarnada nos Habsburgos), e apego persistente aos presumidos valores nacionais tchecos, particularmente a “estrela polar”, a língua tcheca (ORZOFF, 2009 *apud* BUSETTI, 2018, p. 17).

Além do mito nacional, como mencionado por Orzoff (2009), houve outros movimentos que reafirmavam a mesma percepção do povo tcheco. Destaquemos o movimento que se convencionou a se chamar de hussitismo². O historiador francês Roger Portal (1968) considera esse como um marco na mentalidade do povo tcheco. O movimento que surgiu no século XV se estendeu por mais de um século entre os tchecos, deixando marcas no modo de agir e pensar do povo, talvez não de forma consciente nas ações cotidianas, mas pelo menos como parte do mito nacional

² Jan Huss, pregador católico e mestre na Universidade de Praga no século XV, insurgiu-se contra a hierarquia eclesiástica do seu tempo. Pregava austeridade e retorno à Igreja primitiva, onde todas as coisas eram comuns. Teria sido morto na fogueira em 1415, e sua morte inspirou os tchecos a se levantarem e lutarem por seus ideais, convertidas em realidade na cidade de Tabor. Foram derrotados somente com a união da burguesia e nobreza com estrangeiros em busca de “normalização” (SANTAYANA, 1969 *apud* GARAUDY, 1969).

fundador. O movimento “social e nacional de essência religiosa” constituiu um ideal do jeito tcheco de ser e agir no mundo (PORTAL, 1968 *apud* AGUIAR e SILVA, 2015).

Com esse contexto nacional, no dia 28 de julho de 1914, estoura a Primeira Grande Guerra e, segundo Hobsbawm (2003), diferentemente dos conflitos anteriores, a guerra inicia-se sem intenções específicas por parte das potências europeias, além de derrotar supostos inimigos. Existia, sim, o clima de rivalidade entre as nações, mas sem um motivo concreto que justificasse o ingresso das nações na luta, embasando as justificativas em ideias como o barbarismo russo e o absolutismo alemão que, em última instância, foram essenciais para mobilizar a opinião pública e manter as forças armadas motivadas.

Como a destruição do poder alemão era um dos grandes interesses das potências ocidentais, acabou se entrelaçando com os interesses dos movimentos nacionalistas, que encontravam na Tchecoslováquia um aliado na Europa Centro Oriental para servir como zona tampão, que conteria o avanço dos alemães, assim como, posteriormente, uma investida dos russos. Dessa forma, incentivando o desmembramento do Império Habsburgo, as potências Aliadas vitoriosas apoiaram a construção de diversos pequenos Estados com características ocidentais de democracia e liberalismo. Essa estratégia deveria conter aspirações alemãs e húngaras, além de apaziguar o desejo de independência das populações eslavas (HANÁK, 1989).

No entanto, a Tchecoslováquia como nação independente, unificada e com poder centralizado era de interesse predominante do povo tcheco, em detrimento do povo eslovaco. A aliança entre esses dois povos era frágil, já que a percepção de pertencimento a uma nação era predominante entre os tchecos, à medida que as regiões da Boêmia, Morávia e Silésia eram mais desenvolvidas, industrializadas e urbanizadas. Além disso, a ingerência externa na conquista de autonomia dos tchecoslovacos resultou na falta de identificação e coesão do povo, mesmo que, no momento de reivindicação de autonomia nos acordos realizados ao final da Primeira Guerra pudesse transparecer que essa união era mais sólida. Foi promovido um governo centralizado em Praga, em que as minorias, que não eram de fato minorias, se viam pouco representadas e refletia pouco o interesse do que seria metade da população, os eslovacos (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018). Então, a Eslováquia por representar a parte menos favorecida, desejava certa emancipação do

poder central para a construção de sua própria identidade como nação, embora não fosse unanimidade entre os representantes políticos.

Ainda assim, a união política entre tchecos e eslovacos era vantajosa para os dois lados. Os tchecos eram uma força necessária na ajuda ao combate eslovaco de possíveis tentativas dos magiares de retomarem territórios que antes pertenciam a eles. Do mesmo modo, as altas taxas de nascimentos na Eslováquia eram essenciais para manter o número da população tchecoslovaca muito acima da minoria germânica, enfraquecendo assim, o poder político dessa nação (KREJČÍ, 1996 *apud* BUSETTI, 2018). Segundo o censo de 1921, tchecos e eslovacos, juntos, representavam 64,8% na composição étnica da Tchecoslováquia, enquanto os sudetos representavam 23,6%, os húngaros 5,6%, os russos e ucranianos estavam em 3,5%, e outros grupos como judeus e poloneses representavam 2,5% do total da população de 13 milhões. Dessa maneira, as minorias somavam mais de 30%, sendo qualificadas dessa forma apenas em termos políticos (ROTHENBACHER, 2002; SCHUBERT, 2011)

Portanto, para que a nação fosse criada, tanto a união de tchecos e eslovacos quanto a declaração de independência se deram em 30 de maio de 1918 em Pittsburgh, Estados Unidos, com a presença de Tomás Masaryk³, o futuro presidente. Segundo Krejčí (1996),

Nas condições estabelecidas, o território eslovaco receberia um sistema administrativo próprio e a utilização da língua nativa seria respeitada e tratada como oficial. A Tchecoslováquia foi declarada independente em 28 de outubro de 1918 e foi reconhecida internacionalmente, durante a Conferência de Paris, no começo de 1919. O território que lhe foi concedido era composto por cinco regiões antes pertencentes ao Império Habsburgo – a Boêmia, a Morávia, a Silésia, a Rutênia Subcarpática e a Hungria Superior – este último território foi renomeado Eslováquia. As três primeiras regiões eram legado da antiga Áustria, enquanto que as duas últimas foram herdadas da Hungria (KREJČÍ, 1996 *apud* BUSETTI, 2018, p. 26).

³ Tomás Masaryk (1850-1937) era um acadêmico e professor respeitado no pré-Primeira Guerra Mundial. Com a eclosão da guerra, evitou sua prisão como agitador fugindo para Genebra e posteriormente Londres. Durante a guerra, Masaryk trabalhou para comprometer o apoio dos Aliados para a criação de um estado tcheco após a guerra. Ele co-fundou o Conselho Nacional da Tchecoslováquia com sede em Paris, dessa maneira, em setembro de 1918, Masaryk estava sendo reconhecido pelos governos aliados como o futuro chefe de um estado tcheco. Atuou como o primeiro presidente do novo país até sua morte em 1937, tendo sido reeleito duas vezes (BOURNE, 2001).

Como descrito por Krejčí (1996), o reconhecimento enquanto Estado-Nação só se deu com o Tratado de Paz de Versalhes em 1919, após a Primeira Guerra Mundial com a dissolução do Império Austro-Húngaro. A Tchecoslováquia se torna então, um país sem saída para o mar no centro da Europa, fazendo fronteira com a Polônia ao Norte, a Alemanha a Oeste, com a URSS a Leste, e a Áustria e a Hungria ao Sul.

Figura 2 – Desmembramento do Império Habsburgo



Fonte: WAWRO (2014)

A partir desse momento, se configura a Primeira República (1918-1938) e era considerada um refúgio de progresso nacional, a “ilha da democracia” em volta de um mar de totalitarismo (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018). Desse modo, foi construído um discurso que a Tchecoslováquia seria uma nação de grandes qualidades como o racionalismo, a democracia, a tolerância e a eficiência, além de possuir uma grande diplomacia cultural angariando apoio dos franceses e americanos, e, em certa medida, dos ingleses (ORZOFF, 2009 *apud* BUSETTI, 2018). Para essa construção e manutenção de um projeto de Estado autônomo, a propaganda foi um elemento essencial.

A política do país era personificada no presidente Masaryk, através do culto a sua imagem, um homem benevolente e paternal com moral exemplar (ORZOFF, 2009 *apud* BUSETTI, 2018). Uma ferramenta muito eficaz foi chamada “Castelo”

O grupo informal formado pelo presidente Masaryk, o ministro Benes e variados intelectuais apoiadores do governo, que entendiam a propaganda como forma de educação civil; tinha como objetivo manobrar a política nacional fora dos meios convencionais, como o Parlamento. A arte deste grupo foi manipular ambos, o mito nacional e a história da Primeira República como se os dois fossem partes da mesma trama. O processo de construção e propagação da narrativa também foi essencial, na medida em que não se apresentou rigidez, mas foi criativo e livre para transformações (BUSETTI, 2018, p. 28).

Entretanto, apesar da igualdade política em teoria, havia muitos desequilíbrios econômicos e políticos entre o que se convencionou a considerar como as duas principais nações deste Estado: os tchecos e eslovacos. Acabou que a liderança tcheca, não muito diferente da dominação Húngara, intencionalmente limitava o espaço da atuação e os instrumentos necessários para a população eslovaca se desenvolver e, conseqüentemente, participar das decisões do governo mesmo que, em teoria, as decisões deveriam ser tomadas por ambas as nações.

1.2 Da Crise dos Sudetos a ocupação alemã

A Primeira-República tem a duração de 20 anos (1918-1938). Após esse tempo, o país é sujeitado ao Acordo de Munique, no qual o Reino Unido e a França estavam a tentar uma política de apaziguamento com às forças nazistas durante a década de 30. E, assim, entregaram a autonomia de um Estado, que nem mesmo teve o direito de enviar representantes para a reunião que culminaria no desmembramento da Tchecoslováquia. A região dos Sudetos é entregue aos alemães, tornando-se seu protetorado. Segundo Orzoff (2009),

O Acordo de Munique, neste contexto, representava a primeira e maior traição por parte das potências aliadas, que violaram a soberania do Estado sem mesmo este estar presente na conferência para defender-se. O fato das supostas minorias húngara e germânica e, até mesmo, dos compatriotas eslovacos endossarem o protetorado alemão confirmava a posição de vítimas em que os tchecos se encontravam (ORZOFF, 2009 *apud* Busetti, 2018, p. 30).

O nome da região que foi entregue vem de uma cadeia montanhosa que fica na fronteira entre a Tchecoslováquia, a Alemanha e a Polônia e designa tanto as montanhas quanto a minoria germanófono da região. A população dos sudetos equivalia a mais de 30% do total de habitantes da região, na época com 3,5 milhões de pessoas, e estes mantinham a cultura e as tradições alemãs (SHIRER, 1960). Entre

todos os governos totalitários, o governo de Hitler configurava-se em uma ameaça para a Tchecoslováquia, considerando suas fronteiras e a significativa população germânica. A intensidade com que a indústria dos sudetos alemães foi atingida pela Grande Depressão, contribuiu para o crescimento de suas aspirações separatistas e, conseqüentemente, o surgimento de grupos políticos dispostos a lutar por esta causa (ORZOFF, 2009 *apud* Busetti, 2018).

A crise se inicia, de fato, quando em 1933 os sudetos fundam o Partido Alemão Sudeto, e reivindicam a anexação da região ao Terceiro Reich. O partido inicialmente não estava vinculado a ideologia nazista, mas recorre ao Partido Nazista Alemão como forma de resolver a situação com a Tchecoslováquia. Na ideologia do Partido Nazista há a Teoria do Espaço Vital, o *Lebensraum*, que consistia em uma ideia que se relacionava outros aspectos de sua ideologia, em que a raça ariana, por ser hierarquicamente superior aos outros povos, deveria ter um único território e expandi-lo para formar, conforme dizia seu maior representante, Adolf Hitler, “um guia, um império, um povo”. Portanto, após a anexação da Áustria, que efetua-se em 1938, Hitler surge como um defensor dos direitos dos sudetos, no entanto, a subjugação dessa região seria um jogo estratégico para facilitar a dominação do resto do país (SHIRER, 1960).

Figura 3 – Expansão Nazista entre 1933 e 1943



Fonte: Wikipedia. Licensed by Creative Commons 3.0

Apesar da França e a Inglaterra representarem seus aliados mais valorosos, deliberadamente excluíram a Tchecoslováquia das negociações do Acordo de Munique (1938). A entrega da região dos Sudetos era uma tentativa de frear o crescente comportamento bélico e expansivo da Alemanha (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018).

Logo, a incorporação do território transcorre no dia 15 de março de 1939, através do uso das tropas alemãs que tomam cerca de 30 mil km² do território tchecoslovaco (SHIRER, 1960). O governo da Primeira República nunca chegou a reconhecer o direito à autodeterminação germânica, tratando a população alemã como minoria, ainda que esta ultrapassasse os eslovacos em quantidade durante as primeiras décadas de autonomia do Estado (HEIMANN, 2009 *apud* BUSETTI, 2018). Para a Tchecoslováquia a perda dos Sudetos

[...] representava para o Estado uma grande carência na sua capacidade de segurança internacional, isto porque não somente a região rodeada de montanhas que serviam como defesa natural, mas também era perpassada por uma linha de fortificação de fronteiras estilo *Maginot*, cujo papel era defender o território nacional contra os ataques da Alemanha. A perda dos Sudetos representava ainda a perda de seu parque industrial, que representava grande porção das indústrias de produção bélica do território nacional, outro motivo para o enfraquecimento do sistema de segurança do Estado (HEIMANN, 2009 *apud* BUSETTI, 2018, p. 37-38).

Enquanto o Acordo de Munique representava para as nações aliadas

[...] a chance de perpetuação da paz, mesmo que acarretasse a entrega da soberania de um aliado. Enquanto que para Hitler significava vitória, em relação tanto ao seu comando político quanto aos grandes poderes. A entrega dos Sudetos à Alemanha, cujo poder militar era o maior dentre os pequenos poderes, provava a Hitler que as potências não iriam entrar em guerra por nenhum outro aliado, dando a confiança necessária para seguir com seus planos expansionistas (HART, 1970 *apud* BUSETTI, 2018, p. 37).

Entretanto, se o Acordo ocasionou o abalo das relações da Tchecoslováquia com a Inglaterra e a França, em contrapartida, ele proporcionou um estreitamento de relações com a URSS a partir de 1938. As expectativas soviéticas eram de que houvesse guerra entre tchecoslovacos e alemães, porém, firmado o acordo não houve tempo viável para que as tropas soviéticas fossem enviadas em auxílio, apesar da intenção. As fronteiras com a Alemanha ainda não haviam sido fortificadas e, dessa forma, a Tchecoslováquia não tinha capacidade de segurar o avanço da ocupação a tempo de a URSS intervir militarmente (LUKES, 1996; HEIMANN, 2009 *apud*

BUSETTI, 2018). Ainda que o Acordo de Munique não tenha sido o único condicionante da maior guerra do século XX, foi um dos fatores decisivos. Segundo Ragsdale,

Hitler usou a alegação plausível de autodeterminação dos povos para exigir e alcançar a anexação - sem guerra - dos 3,5 milhões de alemães dos sudetos na Tchecoslováquia, um Estado de aproximadamente 12 milhões de pessoas, principalmente eslavos. Ele, dessa forma, tomou posse da fronteira montanhosa fortificada ao longo dos limites entre a Alemanha e a Tchecoslováquia e tornou indefensável a barreira anteriormente mais imediata - e mais formidável - à sua planejada tomada da Europa Oriental. A Tchecoslováquia e seus aliados, a França e a União Soviética, podiam reunir uma força militar combinada seis ou sete vezes maior do que a da Alemanha na época, mas as exigências públicas de Hitler foram atendidas sem luta. Se a luta tivesse ocorrido em setembro de 1938, dadas tanto as probabilidades contra uma vitória alemã quanto a perspectiva de uma conspiração efetiva contra Hitler dentro do alto comando alemão - alguns de seus generais planejavam atacá-lo se a guerra eclodisse naquela época - a Segunda Guerra Mundial como conhecemos, simplesmente poderia não ter acontecido. O exército tcheco implorou para lutar, mas o presidente tcheco Edvard Beneš capitulou. Abandonado por seus aliados franceses, ele temia que os soviéticos não o ajudassem sem o apoio da França, que a República da Tchecoslováquia ficaria sozinha para enfrentar a Wehrmacht contra chances impossíveis (RAGSDALE, 2004, *apud* BUSETTI, 2018, p. 40).

A dominação dos alemães sobre essa região durou 6 meses antes de estourar a Segunda Grande Guerra, e foram suficientes para transformar a democracia de 20 anos da Tchecoslováquia em um Estado autoritário. O comando político acabou por conduzir o Partido Comunista a ilegalidade e as outras vertentes de esquerda à formação de um partido que, supostamente, representaria a oposição, o Partido Trabalhista Nacional. Ademais, o comando passou a governar por decretos, a manipular eleições, a perseguir oponentes e a promover políticas raciais, perseguindo principalmente ciganos e judeus (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018). Outro fator importante desse momento desenrolou-se em março de 1939, com a Eslováquia declarando autonomia federativa, sendo o Estado renomeado como Tcheco-Eslováquia para representar a autonomia conferida a eles.

Foi nesse momento que as forças nazistas invadiram o restante do território tcheco, a Boêmia e a Morávia, se tornando um protetorado alemão até o final da Segunda Guerra Mundial. Então, passou a existir duas realidades distintas, os eslovacos possuíam um território independente e aliado do Eixo, enquanto os tchecos

possuíam um regime administrado por Berlim, de cunho autoritário, violento e de políticas raciais (ORZOFF, 2009 *apud* BUSETTI, 2018). Não obstante, as distinções não eram tão opostas quanto se poderia pensar a princípio. A autonomia eslovaca estava atrelada aos interesses do Terceiro Reich e das demandas da guerra, gerando uma frágil posição, que pode ser exemplificada nos territórios eslovacos cedidos involuntariamente a Hungria por motivos étnicos (HEIMANN, 2009 *apud* BUSETTI, 2018).

Os dez anos transcorridos desde o Acordo de Munique até a Revolução Comunista foram responsáveis por mudar grande parte da estrutura da sociedade tchecoslovaca. O alistamento obrigatório para combater junto ao exército nazista fez com que a população jovem diminuísse em grande medida. Além da quase completa exterminação da etnia judaica, que representava grande porção das classes média e alta, do território tcheco e eslovaco. Esse expurgo gerou uma lacuna econômica que com o passar dos anos foi ocupada por pessoas originárias de camadas sociais menos abastadas, criando uma revolução social peculiar, gerando condições para a maior igualdade de renda no país (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018).

1.3 Da “salvação” vermelha ao “Fevereiro Vitorioso” (1948)

O país fica subjugado até que, no dia 9 de maio de 1945, as forças soviéticas comandadas pelo tenente-coronel Vassili Zajcev, “libertaram” Praga das forças nazistas.

Havia a possibilidade dessa “libertação” ser feita pelas forças comandadas pelo General Eisenhower do Exército americano, entretanto, Josef Smrkovsky, o então vice-presidente do Conselho Nacional tcheco, recusou a ajuda dos americanos com receio do que esse evento poderia vir a influenciar. Smrkovsky somente falou abertamente sobre isso 20 anos após o ocorrido na revista tcheca *Dějiny a Současnost*:

“Na 2ª feira 7 de maio, três tanques americanos penetraram em Praga (...) negociei com os americanos na presença de uma dezena de membros do Conselho Nacional Tcheco, civis e militares (...) Eles tinham nos transmitido uma mensagem do General Patton, dizendo que suas unidades blindadas estavam prontas para entrar em Praga na 3ª feira, dia 8 de maio, às 4 horas, e a esmagar a resistência dos alemães, com a condição de que fosse a pedido do Conselho Nacional Tcheco. Alguns membros do C.N.T. exclamaram alegremente: ‘Hurrah, vamos ver o Patton!’ Mas, nós, do nosso lado,

compreendemos imediatamente o perigo político desse oferecimento... compreendíamos, com efeito, que deixar o exército americano em Praga era transformá-lo no libertador da Capital. Disso resultaria uma inclinação política importante a favor da burguesia (...) Levando em conta as consequências políticas de uma eventual ocupação de Praga pelos americanos, achamos que devíamos dar uma resposta negativa e não enviamos nenhuma delegação para parlamentar com Patton. Entretanto, pedimos armas aos americanos, o que eles recusaram, provando com isso que seu oferecimento tinha sobretudo caráter político. A história de vários outros países mostra as sérias complicações que poupamos à Tchecoslováquia pelo fato de não termos aceito o oferecimento americano.” (TIGRID, 1970, p. 17).

Dessa forma, o exército que “libertou” Praga foi o dos soviéticos, já que sua presença garantiria as condições que deveriam favorecer, desde o começo, a criação na Tchecoslováquia do sistema político de democracia popular ligado a Moscou pela amizade e pelas alianças. Além do mais, foi visado que a presença do Exército Vermelho causaria um impacto positivo na população tchecoslovaca, que o veria como seu salvador. O historiador eslovaco Hübl considerou que a presença do Exército Vermelho tinha um papel de influenciar a revolução nos países da Europa central recentemente liberados, já que não seria a primeira vez que as vitórias armadas de um país revolucionário influenciariam outros a seguirem por um caminho semelhante (TIGRID, 1970).

A forma como o Partido Comunista Tcheco soube se utilizar da libertação dos nazistas foi fundamental para quando tomaram o poder em 1948, tornando-os a única força política do país. O Partido conseguiu criar uma aura fantasiosa, cheia de lendas e até melodramática em torno desse evento. Uma faceta disso consistia em afirmar que o Partido Comunista era o único que tinha autoridade para receber das mãos dos soviéticos a liberação da qual era herdeiro legítimo. Não cessavam de afirmar que o PC tinha sido o único movimento na luta clandestina contra a ocupação nazista, o que se provou mais tarde ser uma imagem deformada da resistência (TIGRID, 1970). E ainda, o pacto tcheco-soviético de amizade e assistência mútua assinado em Moscou em dezembro de 1943, tornou-se depois da guerra outro fator do controle comunista sobre a opinião pública. De forma que o prestígio do Partido Comunista tchecoslovaco estava solidamente estabelecido e sua influência era evidente na maioria das classes sociais, principalmente entre os escritores e os artistas, além de parte dos acadêmicos.

Após a liberação, em maio de 1945, o país passou a ser governado por uma coalisão de seis partidos, exclusivamente de esquerda, denominada de Frente Nacional: formada pelos Partido Socialista Tcheco, o Partido Populista, os Partidos Comunistas Tcheco e Eslovaco⁴ e o Partido Democrata Eslovaco. Todos esses partidos haviam sidos legalmente reconhecidos no pós-guerra. Ainda que essa união dos partidos não tenha sido completamente artificial, já que possuíam objetivos e interesses comuns, abertamente excluiu dois dos partidos mais populares no pré-guerra, de orientação direitista e ligados à convivência do domínio alemão, o Partido Agrário Tcheco e o Partido Popular Eslovaco. Dos vinte e cinco cargos para ministro eleitos inicialmente, mais de um terço pertencia aos políticos integrantes dos partidos comunistas (HEIMANN, 2009 *apud* Busetti, 2018). Um dos grandes interesses dos partidos de esquerda mais moderados era que a Frente Nacional fosse responsável por manter os comunistas dentro do caminho democrático. A liga era unida em torno de um senso compartilhado a respeito da conjuntura internacional, já que recentemente havia sido protetorado alemão, a Tchecoslováquia necessitava de coesão para manter sua posição externamente, e seus líderes estavam dispostos a trabalhar juntos por esse objetivo (KAPLAN, 1989 *apud* Busetti, 2018).

A Frente Nacional entre 1945 e 1948 ainda conseguia se manter coesa e mantinha toda a sua força nas “organizações sociais”, tais como: a central sindical única, as organizações nacionais dos lavradores, da juventude, dos antigos deportados etc. Outras medidas como as nacionalizações, o confisco dos bens dos alemães (a maioria dos 3 milhões de alemães dos sudetos tinha sido expulsa logo nos primeiros meses da liberação), as expropriações dos bens dos “colaboradores” dos nazistas, reais ou denunciados arbitrariamente. Além de uma divisão forçada das terras e a multiplicação das cooperativas agrícolas. Todas essas medidas acabaram por contribuir para a radicalização da vida do país, semeando incerteza e inquietação, que segundo Tigrid (1970), eram condições excelentes para consolidar mais o poder do PC.

Sendo assim, podemos perceber que a discussão da tomada do poder em 1948, inicia-se ao mesmo tempo da formação da Frente Nacional, momento em que

⁴ Na época da Frente Nacional, ainda atuavam como partidos separados. Em 29 de setembro de 1948, os partidos foram fundidos se tornando o Partido Comunista Tchecoslovaco, porém, o Partido Comunista Eslovaco continuou a existir como uma unidade de organização territorial na Eslováquia (SKILLING, 1955).

o Partido Comunista já exercia forte papel na coalizão. Os comunistas estavam adquirindo muito suporte da população e suas propostas postas em prática, pois se apresentavam como aptas a enfrentarem os desafios do pós-guerra e de um novo governo independente. Diferentemente de outros partidos comunistas da Europa Oriental, o PC Tcheco foi sempre um partido reconhecido legalmente, ativo e forte, com exceção do período de protetorado nazista. Por consequência, o Partido se valia dessa posição, mantendo um caráter nacional, às vezes até democrático, e apresentava-se como um partido dinâmico nascido do povo, e que, sabia se aliar a partidos burgueses quando fosse necessário para socorrer a Pátria em perigo (TIGRID, 1970).

Já havia algum tempo que o PC conseguia angariar prestígio junto à população, isso explica-se em parte pelo fracasso da Primeira República em conter o avanço nazista, gerando rejeição tanto do tipo de governança quanto dos governantes daquele momento. A atuação do partido na década de 40 os eximia de serem inseridos no mesmo contexto de erros. E apesar de não se ter presenciado nenhuma resistência realmente bem-sucedida por parte dos tchecos e eslovacos durante a ocupação nazista, a tentativa mais memorável originou-se das forças comunistas nacionais. Além de que, ao final da guerra, o Partido deixava sua situação de ilegalidade e se fortalecia pela aproximação diplomática entre URSS e Tchecoslováquia, assim como da responsabilidade assumida pelo exército vermelho de libertação do território, produzindo um contexto muito favorável a retórica comunista (MYANT, 1981).

O partido, no entanto, mesmo sendo próximo da liderança comunista na Europa, não se encontrava alienado às tendências políticas ocorridas internamente. Conseguia conectar-se ao mito nacional, mas também à cultura, os valores, às tradições e a identidade da sociedade. Após a guerra, passou a ser composto por grupos políticos diversos, sociais e econômicos, além da classe trabalhadora, conseguira se associar também com grupos agrários, além do clérigo e da elite cultural (MCDERMOTT, 2015 *apud* Buseti, 2018).

Em 1946, aconteceram as primeiras eleições livres do país, que acabaram por conduzir Klement Gottwald⁵, presidente do PC, ao cargo de primeiro-ministro. Essas

⁵ Klement Gottwald (1896 - 1953) nasceu em Dědice, Austria-Hungria (posteriormente Tchecoslováquia), foi jornalista e militante do Partido Comunista que se tornou presidente do PC e primeiro-ministro da nação em 1946, para em 1948 se tornar o presidente da República após a manobra dos comunistas.

eleições enfatizaram a aceitação que os comunistas tinham entre os tchecos e os eslovacos, recebendo a maior percentagem dos votos entre os seis partidos da Frente Nacional. Entretanto, Edvard Beneš⁶ havia regressado ao cargo de presidência e representava o oposto dos ideais de Gottwald. Ainda que Beneš tivesse interesse em manter relações com a URSS, pretendia governar com valores ocidentais de democracia. Sendo assim, como os primeiros anos de governo da Frente Nacional também foram os primeiros de Guerra Fria, houve vários desentendimentos com os soviéticos, um exemplo é a tentativa da Tchecoslováquia de ser uma das participantes do Plano Marshall⁷ (CALVOCORESSI, 2009).

A partir dos cargos ocupados e da percepção da sociedade, tinha-se a ideia que uma via provisória estava criando um caminho em que a democracia e o comunismo poderiam seguir juntos. Assim sendo, o PC começou a defender o caminho tchecoslovaco para o comunismo em que não se precisaria da ditadura do proletariado. A via seria pacífica, democrática e gradual e já estava acontecendo com a Frente Nacional, que dava suporte para a implementação de suas propostas, pois estavam de acordo com as necessidades da sociedade naquele momento. As propostas principais foram apresentadas no Plano de Dois Anos, e eram: a planificação e centralização econômica, a nacionalização das indústrias e a relativa equalização do padrão de vida da população como um todo. Tal projeto foi anunciado em janeiro de 1947, e continha na sua essência o aumento da produção e a transformação desses ganhos em qualidade de vida para a população, e ainda levava em consideração condições específicas do país, embora na visão do partido representava uma transição para um modelo mais próximo do adotado pelos soviéticos (MYANT, 1981).

Todavia, apesar de sua relevância e originalidade, o plano omitia questões essenciais: pouco havia sido programado sobre investimentos, não havia perspectiva do comércio exterior, não constava qual seria a orientação internacional do Estado e não se pensou a coordenação com as economias de Estados vizinhos. Apesar disso,

⁶ Edvard Beneš (1884 - 1948) nasceu em Kozlany, Austria-Hungria (posteriormente Tchecoslováquia), foi o braço direito de Masaryk e presidente durante a Primeira-República da Tchecoslováquia entre 1935 e 1938. Retornou ao cargo de presidência em 1945 depois do exílio em função da ocupação germânica do país.

⁷ Plano Marshall ou Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. Os americanos deram ajuda econômica no valor de cerca de 14 bilhões de dólares na época (HOGAN, 1987).

mesmo com os defeitos, o plano era a representação do Partido Comunista de encontrar o próprio caminho dos tchecoslovacos para o comunismo. Ao mesmo tempo, o partido já sentia que a tentativa da via democrática estava sendo minada pelas diferenças entre os seis partidos e suas concepções de governo. Além disso, os comunistas já percebiam sinais de uma formação de um bloco político contrário as suas ambições. O Plano de Dois Anos serviria então como uma nova tentativa do PC se conectar com a sociedade (MYANT, 1981).

Em meio a esse cenário, os líderes do partido se posicionaram dispostos a aceitar mudanças propostas pela URSS. Em agosto de 1947, o PC concordou em seguir uma ofensiva política elaborada por Gottwald, que consistia em buscar o monopólio de poder através dos meios viáveis, e o partido deveria estar em alerta e preparado para mobilizar-se em aviso breve. Significando assim, que os comunistas passaram a considerar a utilização de forças extraparlamentares para realizar seus desejos. A inflexibilidade do partido não foi bem recebida entre os partidos da Frente Nacional que acabaram por isolá-lo durante as reuniões parlamentares e de gabinete (KAPLAN, 1989 *apud* BUSETTI, 2018). Ainda segundo Kaplan (1989), outros fatores surgiram para agravar a instabilidade. A título de exemplo,

Grupos secretos foram formados com o apoio do Ministro do Interior, Vaclav Nosek, no âmbito policial, para agir contra figuras políticas não comunistas e as massas de apoio aos comunistas começaram a ser mobilizadas toda vez que precisavam impor uma decisão política. As relações da liga provisória estavam tão frágeis quando 1948 começou, que qualquer acontecimento poderia acarretar em uma crise. Por isso, o então primeiro-ministro Gottwald encerrou as reuniões oficiais do gabinete, obstáculo, naquele momento às jogadas do partido do comunista, paralisando as decisões do governo. Com o gabinete inapto a solucionar as questões rotineiras, toda a estrutura política começou a ser afetada, refletindo nos ministérios e em outros órgãos. A situação criou a atmosfera necessária para que a crise de fevereiro de 1948 acontecesse (KAPLAN, 1989 *apud* BUSETTI, 2018, p. 62).

No dia 12 de fevereiro, a instabilidade política se agravou ainda mais. O Ministro do Interior nomeou oito indivíduos aliados do PC em cargos da polícia. Havia um plano orquestrado pela oposição de um ato de renúncias ministeriais, mas os comunistas estavam cientes e resolveram tornar a situação a seu favor. Os líderes comunistas esperaram a chegada do Ministro de Assuntos Exteriores da URSS, Valerian Zorin, para se reunirem em gabinete e aceitarem a renúncia de onze ministros de três partidos que compunham a Frente Nacional (Nacional-Socialistas, Partido Popular e Democratas). Assim, Edvard Beneš, apesar de não ter intenção de aceitar as

renúncias, acabou cedendo. Durante os dias seguintes as renúncias, houve grandes greves, milícias e prisões de possíveis inimigos do Partido Comunista, acontecimentos esses que mostravam a aceitação em massa da população. No sexto dia Beneš também renunciou e Gottwald assumiu o governo (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018).

Os acontecimentos foram rápidos gerando dúvida sobre sua legalidade. O PC defendia a tese na qual a crise teria sido resolvida por via constitucional, enquanto alguns historiadores marxistas a contestaram. Um grupo de historiadores tchecos caracterizaram fevereiro de 1948 da seguinte forma:

Dentro da perspectiva de certos princípios formais de democracia burguesa, poder-se-ia talvez qualificar os acontecimentos de fevereiro de 1948 como um golpe de Estado. Tais princípios, tendo perdido vigência na Tchecoslováquia desde 1945, não poderiam mais ser aplicados para avaliar os acontecimentos de 1948. Mas mesmo segundo os critérios de democracia burguesa, não se poderia chamar aqueles acontecimentos de golpes de Estado propriamente dito, do momento em que foi o próprio Presidente Benes quem aceitara a demissão dos Ministros de direita e quem nomeara o novo Governo, igualmente confirmado pela Assembleia Nacional antes de ser dissolvida. Em consequência, pode-se considerar que a crise governamental fora resolvida dentro das regras constitucionais.

[...] Como tendo sido simultaneamente uma solução constitucional para uma crise de governo e uma solução revolucionária para uma crise geral do Estado. A expansão das posições de força do PC, favorecidas pelos acontecimentos de 1948, apareceu igualmente como uma inversão política das forças, como uma transferência dos poderes de uma coalizão política (a Frente Nacional anterior aos acontecimentos) para uma outra (a Frente nacional renovada) num conflito não eleitoral (BELDA, 1968 *apud* TIGRID, 1970, p. 29).

À vista disso, podemos perceber que o Partido Comunista se utilizou de retórica que se aproximasse da democracia, nacionalismo e patriotismo, através de uma transferência de poder na legalidade, ainda que gerasse controvérsias. O próximo capítulo tem como objetivo compreender os primeiros 20 anos desse governo, culminando na invasão dos cinco exércitos do Pacto de Varsóvia a Praga e a resistência civil frente a essa ingerência soviética.

2 O GOVERNO COMUNISTA, RESISTÊNCIAS E AS VIAS DE “NORMALIZAÇÃO” POLÍTICA

2.1 Estado e burocracia no governo do Partido Comunista

Desde o momento do “Fevereiro Vitorioso” e da instalação do novo regime, o Estado passou a ser chamado de República Socialista da Tchecoslováquia, e em maio foi aprovada uma nova constituição pela Assembleia Nacional. Neste mesmo mês ocorreram eleições gerais, com um certo teor de intimidação para que a população votasse nos candidatos determinados pelo PC, e Gottwald foi eleito presidente (HEIMANN, 2009 *apud* BUSETTI, 2018). Sobre as formas de atuação do Partido neste momento, Tigrid (1970) afirma:

Sabemos já que o PC tchecoslovaco tinha chegado ao poder não somente sem violências sangrentas, mas também – o que ele não deixara nunca de assinalar com complacência – por via parlamentar. Era, portanto, lógico que esse partido – desde a sua ascensão ao poder, em fevereiro de 1948, até o fim do mesmo ano – agisse com circunspeção, por vezes com dureza, mas nunca com teimosia, e que tateasse prudentemente a nova situação na qual se tinha encontrado bruscamente, de uma maneira quase inesperada. Para o Partido tratava-se sobretudo, de não colocar inutilmente em perigo a própria vitória e de não alienar mais indivíduos e mais classes sociais do que fosse absolutamente necessário (TIGRID, 1970, p. 35).

Seria a partir desse pensamento que o PC teria convocado a Assembleia Nacional e as eleições, uma tentativa de neutralizar as frações da população que nunca o tinham apoiado, fração essa que era majoritária no país (TIGRID, 1970). A partir desse momento, com os comunistas no poder, os meios de produção passaram a estar quase em sua totalidade nas mãos do Estado socialista ou das cooperativas de trabalhadores, eliminaram a exploração capitalista e as desigualdades sociais dela decorrentes. Cada cidadão tinha direito ao trabalho e a previdência social, a base industrial se consolidou e expandiu, desenvolveu-se a ciência e a cultura, as possibilidades de instrução da grande massa da população aumentaram em proporções sem precedentes (GARAUDY, 1969).

Entretanto, nos primeiros cinco anos de governo comunista, acabou por se produzir uma deformação da organização econômica e política. Conforme as relações estreitavam-se com a URSS, em um contexto internacional de Guerra Fria, o modelo de comunismo soviético era importado como uma imitação mecânica para a

Tchecoslováquia. Consequentemente, houve uma centralização exagerada, além de personalização do poder, e uma grande tensão dos recursos e das energias devido ao contexto de “guerra”. Decorrendo então, múltiplas violações da democracia socialista no Partido e no Estado, manifestando-se principalmente no sectarismo, repressão dos direitos e liberdades democráticas do povo, a violação da legalidade, o arbítrio e o abuso do poder, o que provocou o desestímulo das iniciativas e inúmeros e pesados sacrifícios impostos aos cidadãos (GARAUDY, 1969). Ainda assim, o Partido não se apoiava somente na repressão para se manter no poder. O discurso ritualizado e manipulado por parte do governo e a ascensão social advindas de suas políticas foram fatores essenciais para garantir o suporte da população.

O mês de março de 1953 foi um marco na política da Tchecoslováquia. No dia 5, faleceu o primeiro-ministro da União Soviética, Josef Stalin, e logo após, no dia 14, o presidente tchecoslovaco, Klement Gottwald, também morre. A partir desse momento, a resistência ao regime comunista começa a tomar dimensões maiores, já que o Estado em sua tentativa de importar a centralização econômica stalinista produziu uma semicrise, devido a uma parte dos trabalhadores estar insatisfeita com as suas condições de vida (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018).

Em seguida a morte de Stalin, registraram-se diversas revoltas e manifestações contrárias às suas políticas. O marco das demonstrações antistalinistas na Tchecoslováquia foi a rebelião de Pilsen, que ocorreu em junho de 1953, na cidade de mesmo nome. Os eventos de Pilsen contaram com a participação ativa de trabalhadores de orientação comunista e, até mesmo de membros de baixo escalão do Partido. Desse modo, essa rebelião foi responsável por revelar a dificuldade da polícia em conter as manifestações, além de ser um ponto de virada para a atualização do pensamento do alto escalão do PC buscando novos métodos para melhorar a relação Estado e sociedade, de maneira a perpetuar seus líderes no poder (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018).

A revolta de Pilsen logo se espalhou para outros grandes centros industriais como o de Ostrava. Segundo Pavel Tigrid, essas manifestações denunciam o caráter anti-social do regime, tendo maior peso por ser justamente um movimento de operários. Ainda enfatiza como sendo uma manifestação tipicamente tcheca: sem efusão de sangue, bastante disciplinado, um pouco hesitante e pronta a fazer acordos (TIGRID, 1970).

Em outubro de 1953, Antonín Zapotocky assume como presidente e Antonín Novotný assume como primeiro-ministro do partido. Novotný, conhecido por ser um político da “linha dura soviética”, teve que fazer diversas concessões na economia da Tchecoslováquia, como uma tentativa de conter o processo de desestalinização importado de Moscou sob o comando de Nikita Khrushchev⁸. Tais concessões acabaram por resultar no retorno do crescimento econômico e na melhoria da qualidade de vida da população, com isso diminuindo o descontentamento em relação ao regime, já que a nova administração realizava alterações visíveis (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018). A direção do Partido aprendeu a lição de que a paciência das massas nas fábricas e nas usinas tinha chegado ao fim, à vista disso, era mais compensador acalmar os ânimos com uma demagogia social hábil, fechando os olhos para o baixo rendimento, às ausências frequentes e ao grande número de defeitos na construção das máquinas saídas das fábricas (TIGRID, 1970).

Outra questão que explica a preservação do regime comunista e a tardia desestalinização da Tchecoslováquia, é o medo dos revanchismos húngaro e alemão. A experiência de serem um protetorado nazista e a expulsão dos sudetos no pós-guerra, gerou o receio de que os vizinhos germânicos pudessem procurar vingança, isto posto, a aliança soviética representava proteção. (MCDERMOTT, 2015 *apud* BUSETTI, 2018).

Segundo Tigris (1970), o ano de 1953 acaba por representar um certo alívio para a população, ainda que bem medido e sabiamente racionado pelo Partido, em alguns domínios da vida pública. Em alguma medida, esse momento foi responsável por firmar as primeiras bases dos acontecimentos de 1956, ano da primeira tentativa de democratização partida da sociedade, e que sem dúvida antecipou diretamente a Primavera de Praga em 1968.

Em fevereiro de 1956 aconteceu o XX Congresso do Partido Comunista Soviético, onde foi proferido o discurso de Nikita Khrushchev condenando o “culto de personalidade” e revelando uma parte dos crimes de Stalin. As repercussões desse

⁸ Nikita Khrushchev (1894 - 1971) foi um político soviético que liderou a União Soviética durante parte da Guerra Fria como Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS de 1953 a 1964 e como Primeiro-Ministro de 1958 a 1964. Khrushchev foi responsável pela desestalinização da URSS, pelo apoio ao progresso do primeiro programa espacial soviético, e por várias reformas relativamente liberais em áreas de política interna. Os colegas de partido de Khrushchev o retiraram do poder em 1964, substituindo-o por Leonid Brejnev como Primeiro-Secretário e Alexei Kossygin como Primeiro-Ministro (TAUBMAN, 2003).

discurso tiveram grande influência sobre os eventos posteriores na Tchecoslováquia, ainda que o PC tchecoslovaco se esforçasse para camuflar e esconder esses crimes. Antonin Novotny, que acompanhara pessoalmente ao Congresso, procedeu da mesma maneira em seu relatório, conforme Tigríd (1970) explicita,

A versão que foi tornada pública reflete esforços prudentes para dizer os crimes de Stalin apenas os estritamente necessários, e, ainda assim, com precaução. Essa atitude foi ditada não somente pela preocupação de amortecer o choque que as revelações não deixariam de produzir mesmo nos mais fiéis, mas principalmente pelo fato que a direção do PC tchecoslovaco tornara-se ela própria culpada de crimes semelhantes, sobretudo no domínio da Justiça (TIGRID, 1970, p. 55).

Assim sendo, podemos ver que o PC Tchecoslovaco tomou apenas riscos calculados. Se mostravam a favor de uma revisão de maneira parcial da ideologia do comunismo tcheco e de sua aplicação política e prática. Depois do Congresso, essa posição serviria para silenciar certas oposições dentro do Partido e no restante da população que se demonstravam a favor de mudanças – bastante numerosa, mas sem liderança. Portanto, o Partido manipulou as pressões para evitar uma tensão que fosse muito perigosa, ou até mesmo uma explosão, se utilizando também da “técnica” de que as críticas mais severas recebidas eram na verdade vindas dos “inimigos de classe” (TIGRID, 1970).

Outro evento que repercutiu foi o II Congresso da União dos Escritores em abril de 1956, apesar de que suas críticas ao governo não fossem feitas de modo aberto por enfrentar inúmeros conflitos com a censura. Suas repercussões aconteceram de imediato e, principalmente, em meio aos estudantes, assim como ao longo prazo. Em maio do mesmo ano, os estudantes apresentaram um Programa de Ação: reivindicavam ampla democratização da vida pública, a revisão dos processos políticos dos anos 50⁹, maiores poderes ao Parlamento, liberdade de informação, livre distribuição das publicações estrangeiras, a suspensão da interferência proposital que perturbava as emissões de rádios estrangeiras, reforma do ensino secundário e superior, a liberalização da vida cultural do país, entre outras demandas. Além de que,

⁹ Os processos políticos durante a primeira metade dos anos 50, ocorreram devido ao período de consolidação dos comunistas no poder. E esses, controlando o judiciário, eliminaram seus oponentes, reais ou imaginários. O caso mais famoso ficou conhecido como Processo Slansky, em que 14 funcionários do PC, incluindo membros do alto escalão como o secretário geral Rudolf Slansky, foram denunciados. Posteriormente, ficou comprovado que os processos foram armados, mas 11 dos réus já haviam sido executados em dezembro de 1952 (TIGRID, 1970).

eram contrários à “acolhida beata e sem crítica de tudo que provinha da URSS” (TIGRID, 1970).

Entretanto, o Comitê Central do Partido se recusava a conceder qualquer demanda e, assim, nem os escritores e nem os estudantes conseguiram impor reformas duráveis. Muito disso se deve ao fato de que não se conseguiu reunir um movimento único de grande envergadura e que realmente fizesse pressão ao PC. As reivindicações dos intelectuais chocaram-se com a indiferença e até com a hostilidade dos operários. De igual modo que em suas revoltas, como a de Pilsen em 1953, os trabalhadores não receberam nenhuma adesão dos intelectuais.

O Partido soube se aproveitar desses mal-entendidos, tensões e falta de comunicação entre os grupos para tentar cessar as manifestações e liquidar o espírito de resistência. Convocaram uma conferência nacional do Partido Comunista, onde se tratou a questão do Congresso dos Escritores e a agitação dos estudantes como pura e simplesmente “provocações dos inimigos de classe”. Os escritores foram tratados como se não fossem capazes de compreender as intenções do Partido e de se terem tornado políticos e contrários ao governo. Enquanto os estudantes foram considerados, ainda mais que os escritores, carecidos de “maturidade de classe” e apropriadores de ideias estrangeiras. Consequentemente, o Partido conseguiu conter os ânimos com medidas puramente administrativas. Os reformistas teriam que esperar ainda 12 anos, até em janeiro de 1968, quando o eslovaco Alexander Dubcek assumisse como Primeiro-Secretário do Partido Comunista na Tchecoslováquia.

2.2 Da Primavera de Praga ao Manifesto das “Duas Mil Palavras” e a Carta dos Cinco

A economia da Tchecoslováquia estava em franco declínio durante a década de 1960. E ainda, para agravar a crise, o Primeiro-Secretário e Presidente Antonin Novotny, estava realizando uma imposição de grande controle, decepcionando os outros membros do Comitê Central. Além disso, o processo de desestalinização estava causando grande inquietação nos comunistas tanto da URSS, como da Tchecoslováquia.

Assim, em outubro de 1967, vários reformadores como Ota Sik e Alexander Dubcek, desafiaram a autoridade de Novotny durante uma reunião do Comitê Central.

Para enfrentar essa oposição, Novotny convidou Leonid Brejnev, o líder do Partido Comunista Soviético, para uma visita rápida a Praga em dezembro de 1967, a fim de fortalecer sua posição. Porém, quando Brejnev se reuniu com os membros do *Presidium*, percebeu a extensão das críticas e oposição a Novotny, e decidiu pela não interferência. Logo, o caminho ficou aberto para que o Comitê Central forçasse a renúncia de Novotny. O eslovaco Dubcek, havia feito sua formação e treinamento na URSS, e sendo assim, foi considerado pelos soviéticos como um homem confiável que poderia assumir o Partido. Tornou-se o novo Primeiro-Secretário em 5 de janeiro de 1968, enquanto o General Ludvík Svoboda assumiu o cargo de Presidente da República (TIGRID, 1970).

Em sua primeira sessão em janeiro de 1968 do Comitê Central, o Partido Comunista com seu novo Primeiro-Secretário, elaborou um projeto de “renovação do socialismo” no qual iria colocar fim ao centralismo burocrático, democratizar a vida do Partido e do Estado, criando condições para uma participação ativa das massas na orientação e direção do país, não apenas na aplicação, mas também na elaboração da política. Essa renovação deveria atingir todos os aspectos da vida nacional, ao criar formas diferentes de gestão socialista da economia nacional, nova definição do papel dirigente da classe operária e de suas relações com a cultura e os intelectuais. Por conseguinte, foi permitido a criação de outros partidos políticos, houve o fim à censura e a tentativa de abertura do país para as potências ocidentais, entre outras medidas para a construção de um verdadeiro socialismo humanista (GARAUDY, 1969; PONGE, 2009).

Segundo o francês Roger Garaudy (1969), a ressurreição do comunismo tcheco que ficou conhecido como Primavera de Praga, não era uma pretensão dos comunistas tchecos de criar um modelo universal, mas sim um modelo próprio que correspondesse ao nível de desenvolvimento do país. A Tchecoslováquia era um caso diferente da maioria dos países socialistas, enquanto alguns tinham que lutar para construir o socialismo e vencer o subdesenvolvimento, os tchecos tinham condições de edificar um socialismo a partir de um país altamente desenvolvido do ponto de vista técnico, econômico e cultural.

O velho sistema de planejamento centralizado e burocrático, importado da URSS, reinou soberano até 1965. Todas as diretrizes eram vindas de cima sem levar em conta a nação e os indivíduos, acabando por produzir produtos que não atendiam

às necessidades dos consumidores, enquanto suas reais demandas não eram supridas. Externamente, a Tchecoslováquia perdeu grande parte do seu mercado, devido as condições gerais da política hostil a países socialistas, mas principalmente porque os preços e a qualidade dos artigos exportáveis não eram competitivos. Os recursos financeiros iam frequentemente para a mineração e a indústria pesada, enquanto outros setores vitais, e de grande importância para o futuro, ficavam defasados. Assim, produzia-se mais vagorosamente, por preços mais elevados e em qualidade inferior e desperdiçando o potencial de produção que o país já havia alcançado anteriormente (GARAUDY, 1969).

O novo plano econômico proposto pelo Comitê Central baseava-se na ideia de produzir um justo equilíbrio entre as indicações do mercado e as intervenções do Estado, de maneira que não se produzisse uma perspectiva capitalista de “produção pela produção” e “consumo pelo consumo”, mas que também não dissipasse o avanço técnico e tecnológico já alcançado. Esse ideal não era o mesmo que recusar por princípio os frutos do progresso técnico. Segundo Garaudy (1969),

O que o socialismo condena na “sociedade de consumo” é, antes de mais nada, um sistema social cuja mola é o lucro e no qual, os artigos produzidos em massa sendo mais rentáveis, torna-se necessário criar artificialmente necessidades para o seu escoamento: uma pressão constante é então exercida, mas também pelo conjunto das relações sociais (luta por prestígio, etc.) para moldar os comportamentos estereotipados, dos quais o lançamento dos “ídolos” da juventude é a expressão mais evidente, o elemento determinante da difusão de imagens publicitárias não de necessidades humanas, pessoais, mas sim de reflexos condicionados, engendrados nas agências de publicidade (GARAUDY, 1969, p. 27).

Dessa maneira, quando os comunistas tchecos em sua reforma econômica buscaram reconhecer o papel do mercado e reorganizar sua produção, não tinham como objetivo, em momento algum, um retorno ao capitalismo. Nem mesmo a democratização pretendia uma restauração da democracia burguesa.

O movimento que se iniciou em janeiro tomou novo impulso em 5 de abril de 1968 com a publicação do Programa de Ação do Partido Comunista. Alexander Dubcek afirmava perante o Comitê Central no dia 12 de abril de 1968:

O Partido Comunista tem perfeita consciência de que não haverá desenvolvimento profundo na democracia de nossa sociedade se os princípios democráticos não forem sistematicamente postos em prática na vida interna do Partido, no seio do próprio Partido [...]. Rejeitamos sem equívoco os métodos senhoriais e administrativos no

trabalho do Partido. Eles esterilizam a atividade de seus membros (GARAUDY, 1969, p. 31).

A primeira medida concreta para que isso se realizasse foi acabar com o acúmulo de funções, principalmente entre as duas mais importantes, chefe do Partido e chefe do Governo, o que levava necessariamente à personalização do poder. Outra medida foi acabar com a prática da direção administrativa, que provocava uma limitação das responsabilidades intelectuais, indiferença e passividade. Além de acabar também com a concepção de obediência mecânica e disciplina como critério da promoção dos membros, assim abriu-se um campo de ação às iniciativas e às responsabilidades pessoais, tornando a capacidade de criação o novo critério primordial. O Partido queria que o stalinismo cedesse lugar ao marxismo (GARAUDY, 1969).

Ainda não se tratava de romper com o centralismo democrático, já que as decisões da maioria deveriam ser seguidas por todos. Mas através do novo estatuto do Partido, de agosto de 1968, garantia que as minorias pudessem emitir seu ponto de vista e reivindicar que fosse debatido. Anteriormente, só existia a direção de todas as atividades do país pela máquina do Partido, monopolizando todos os órgãos de direção, seja da economia, do Estado ou da cultura, ao invés de exercer um papel dirigente em conjunto com classe operária (GARAUDY, 1969).

Isto posto, os lineamentos de uma democracia direta começam a aparecer na Tchecoslováquia a partir de janeiro de 1968: houve o renascimento do Parlamento como centro autônomo de iniciativas, a invocação da independência da magistratura, o respeito aos direitos constitucionais, a supressão da censura, a mudança de poder dos sindicatos para uma verdadeira organização de massa autônoma do Partido, além da administração de empresas pela gestão direta através dos conselhos operários. E finalmente, a criação de um Estado federal para a nação eslovaca. São com essas medidas que o Partido Comunista conseguiu empolgar e atrair a imensa maioria da população, não através de uma aceitação passiva e, assim, saudavam a Primavera de Praga (GARAUDY, 1969).

Ocorreu em Dresden, na Alemanha Oriental, no dia 26 de março de 1968, uma reunião de cúpula com os representantes de 6 países da Europa Oriental (Romênia estava ausente). A reunião era dedicada à política interna e externa da Tchecoslováquia. Esperava-se que o primeiro-secretário do PC Tcheco, Alexander Dubcek, provasse que estava no papel de liderança e não passividade em relação ao

processo de democratização, e não que havia tentativa nem de exportar uma revolução democrática, nem de enfraquecer o Pacto de Varsóvia. Nesse momento, parece que Dubcek consegue acalmar os ânimos dos demais (TIGRID, 1970).

Entretanto, apenas três dias depois um membro do Partido Comunista da Alemanha Oriental declarou publicamente que o desenvolvimento dos acontecimentos na Tchecoslováquia era, na verdade, o resultado de uma trama do governo da Alemanha Ocidental, criticando ainda Josef Smrkovský, o presidente da Assembleia Nacional. As reações tchecoslovacas foram violentas a esta tentativa de intervenção alemã nos assuntos internos, e tiveram como resultado reforçar a autoridade de Dubcek em seu próprio país (TIGRID, 1970).

Após isso, foi a vez dos soviéticos começarem a se manifestar publicamente. No dia 12 de abril, o *Pravda* de Moscou¹⁰ publicava que “elementos anticomunistas” tinham tomado a palavra durante a reunião do Comitê Central do PC Tchecoslovaco do dia 7 de abril em Praga. Logo,

Percebeu-se que numa série de intervenções (...) elementos anti-socialistas esforçaram-se em diminuir o papel dirigente do partido comunista (...). Opiniões não-marxistas e não-socialistas manifestaram sua influência e levantaram-se igualmente reivindicações demagógicas com vistas a um retorno à Tchecoslováquia de Masaryk e de Benes (...) (TIGRID, 1970, p. 238).

No dia 3 de maio, uma delegação de personalidades importantes do PC Tchecoslovaco seguia em direção a Moscou: o primeiro-secretário do PC Tcheco Alexander Dubcek, o primeiro-ministro Oldrich Cernik, o presidente da Assembleia Nacional Josef Smrkovsky, e o primeiro-secretário do PC eslovaco Vasil Bilak. No dia seguinte, Dubcek fez uma declaração no *Rudé Právo*¹¹ sobre os motivos e os resultados de sua convocação. Os dirigentes soviéticos, segundo ele, queriam atualizações sobre a evolução da situação do país e recebiam que o processo de democratização acabasse se voltando contra o socialismo, contudo, Dubcek ainda afirmava que os representantes soviéticos haviam demonstrado “compreensão” em relação as explicações dadas (TIGRID, 1970).

¹⁰ *Pravda* de Moscou foi o principal jornal e, também, servia como órgão do Partido Comunista Soviético, tendo sido criado em 1911, e emergido a essa nova categoria depois da Revolução Russa de 1917, findando sua circulação em 1991, com o fim da URSS.

¹¹ *Rudé Právo* foi o jornal oficial do PC Tchecoslovaco. Sua fundação foi no ano de 1920, e após a Revolução de Veludo, sua publicação foi interrompida, sendo sua última edição de 1990.

Entretanto, um pouco mais tarde, realizou-se outra reunião em Moscou, de cinco Partidos comunistas: URSS, Polônia, Alemanha Oriental, Hungria e Bulgária. Um dos principais temas teria sido a situação da Tchecoslováquia, contudo, não haviam convidado nenhum representante do principal país interessado, o que não deixou de lembrar aos tchecos, o Acordo de Munique em 1938, onde sua sorte foi decidida sem a sua presença (TIGRID, 1970).

A situação agravava-se aos poucos, no dia 7 de maio de 1968, a Rádio Praga difundia uma conversa telefônica com seu correspondente em Moscou, discutindo um artigo do jornal *Le Monde* afirmando que o chefe da administração política e das forças armadas soviéticas, o general Yepichev, havia implicitamente ameaçado a Tchecoslováquia com uma intervenção armada quando estava no plenário do Comitê Central do PC da URSS. O jornalista estava dizendo que essa informação não tinha como ser confirmada, já que os discursos proferidos não haviam sido publicados, e então a ligação foi interrompida, e apesar dos esforços da Rádio Praga de reestabelecer a comunicação, não foi possível (TIGRID, 1970).

Somente dois dias após essa divulgação, em 9 de maio, segundo informações publicadas na imprensa inglesa e francesa, observavam-se movimentos de unidades soviéticas da Cracóvia em direção à fronteira tchecoslovaca. E sem maiores explicações, diplomatas britânicos e franceses foram impedidos de utilizar as principais estradas dessa região. Essa movimentação foi interpretada como uma tentativa de pressão psicológica maciça sobre os dirigentes tchecoslovacos (TIGRID, 1970).

Já no dia 17 de maio, a Tchecoslováquia recebeu a visita de oito membros do exército da URSS, chefiada pelo Ministro da Defesa, Marechal Gretchko, e que incluía também o general Yepichev. Entretanto, desembarcou em Praga algumas horas mais tarde, o Primeiro-Ministro Soviético, Alexei Kosyguin, oficialmente sua visita era apenas por motivos de saúde, iria passar alguns dias de repouso em uma estação termal, contudo ainda teria se encontrado com Dubcek. Posteriormente, esse encontro foi parcialmente revelado, mas de maneira completamente oficiosa. Segundo Pavel Tigrid (1970), Kosyguin desejava contrabalançar as pressões exercidas por aqueles que defendiam a tese em que a situação da Tchecoslováquia ameaçava o Pacto de Varsóvia e tornava necessário o restabelecimento da “segurança” na fronteira que

separava a Tchecoslováquia da Alemanha Ocidental, por meio de unidades militares dos países signatários do pacto. Em seu encontro com Dubcek, Kosyguin concluiu

Diversos acordos verbais: ficou entendido que o monopólio do poder pertencente ao Partido Comunista da Tchecoslováquia não seria diminuído; que nenhum partido da oposição seria autorizado, e principalmente, nenhum partido social-democrata; que a Tchecoslováquia continuaria firmemente ligada ao Pacto de Varsóvia, assim como ao *V. M. Comecon* (Conselho de Assistência Econômica Mútua). Em troca, Kosyguin prometeu que em lugar das grandes manobras do Pacto de Varsóvia que deveriam realizar-se no verão corrente em território tchecoslovaco, seriam organizadas apenas manobras de Estado-Maior; que a Tchecoslováquia seria autorizada a continuar seu processo de democratização sem interferência estrangeira; que Moscou não faria objeções à expulsão de Novotny do Partido; enfim, que o Congresso do Partido tchecoslovaco podia rapidamente reunir-se (TIGRID, 1970, p. 245).

Mas nem mesmo após esses acordos verbais a tensão diminuiu entre a URSS e a Tchecoslováquia, os rumores sobre uma possível invasão persistiam e foram em parte confirmadas por uma declaração do porta-voz do governo da Alemanha Ocidental: seu governo havia sido informado de um plano dos países do Pacto de Varsóvia estarem estacionando de dez a doze mil soldados não-tchecoslovacos na Tchecoslováquia. Essas alegações foram logo desmentidas por Martin Dzur, o Ministro da Defesa tchecoslovaco, dizendo que as conversações com o General Gretchko se desenvolveram em pé de igualdade e que os soviéticos tinham evitado qualquer assunto que pudesse ser interpretado como uma intromissão nos assuntos internos tchecoslovacos. Ainda assim, a população estava apoderada de sentimentos de nervosismo e inquietação (TIGRID, 1970).

No dia 29 de maio, o Comitê Central inaugurava sua plenária em uma atmosfera pesada de muita incerteza e preocupação. Os elementos conservadores da sociedade voltavam a se manifestar encorajados pela tensão soviética-tchecoslovaca e pelas visitas de personalidades soviéticas importantes. No entanto, numerosas empresas e organizações enviaram cartas ao Partido reafirmando seu apoio e incentivando a linha progressista a continuar, e nessas mesmas cartas também havia pedidos da demissão dos conservadores do Comitê Central. Desse modo, a Assembleia excluiu o antigo primeiro-secretário Antonin Novotny e expulsou-o do Partido, assim como a outros seis ex-funcionários do alto escalão do Partido ou do Estado que tinham parte direta nos processos da década de 50 (TIGRID, 1970).

Todavia, essas medidas foram recebidas com um certo desconforto, pois contrariando o Programa de Ação, que definia que o PC era uma força que deveria agir pela persuasão, Dubcek insurgiu contra os conservadores do Partido, agindo como o dogma que o PC possui o poder dirigente e não tolera nenhuma oposição, assim como na época da Frente Nacional. É possível que essa volta a ortodoxia ideológica seja uma concessão feita por Dubcek aos soviéticos (TIGRID, 1970).

No dia 30 de maio de 1968, as tensões se acirram ainda mais, o Ministro da Defesa tchecoslovaco publicava uma declaração segundo a qual uma unidade de transmissão soviética com o efetivo de um batalhão (cerca de 500 a 800 homens) estaria em território tchecoslovaco, mais precisamente próximo a Eslováquia Oriental, onde acontecia o plenário do Comitê Central. Como essas manobras das tropas não deveria ocorrer antes de junho, e coincidiam exatamente com o momento em que o Partido estava em sessão, foram interpretadas como outra forma de pressão soviética (TIGRID, 1970).

Em 27 de junho é publicado o famoso manifesto das “Duas Mil Palavras”, com uma centena de assinaturas de personalidades de diferentes setores: artistas, atores, esportistas, operários, acadêmicos, entre outros. O manifesto tem a marca de seu principal redator, Ludvik Vaculik¹². O texto é moderado em sua forma e conteúdo, mas é revolucionário por colocar pela primeira vez o poder como sendo o problema fundamental da Tchecoslováquia e de todos os outros países dominados pela burocracia. Coloca a organização independente das massas na luta contra o aparelho como uma necessidade, lança um apelo a iniciativa popular por uma luta para a aplicação do Programa de Ação, publicado pelo PC em abril (BROUÉ, 1979).

A reação dos conservadores é rápida. Durante a Assembleia Nacional, o general Kodaj cobra do Procurador-Geral medidas imediatas contra os autores do manifesto que qualifica como “apelo para a contra-revolução”. O primeiro-ministro Cernik, responde calmamente, tentando dar ao caso proporções mais justas, e ao final de sua fala Smrkovsky suspende a sessão, pois teria ficado aflito com a violência e a rispidez do ataque de Kodaj (BROUÉ, 1979).

¹² Ludvik Vaculik (1926 - 2015), era um escritor e jornalista tcheco. Era um membro progressista do PC até o momento em que deixou o partido em 1968. Ficou conhecido pelos seus romances, mas principalmente por seu discurso no Congresso dos Escritores de 1967 e por ser o principal redator do manifesto das “Duas Mil Palavras”.

No *Presidium*, há divergências sobre como tratar a questão. Os “duros” querem enfrentar com energia os “contra-revolucionários” e aqueles que permitiram que eles se expressassem tão abertamente: querem ocupar e por sob a guarda das milícias populares¹³ o edifício da rádio e da televisão, prender imediatamente Vaculik, e os também membros do *Presidium*, o economista Ota Sik e o médico Frantisek Kriegel, apoiadores das “Duas Mil Palavras”, além de reunir o Comitê Central e eleger um novo *Presidium*. É também Cernik que consegue controlar a situação, declara que condena o manifesto, mas diz que se recusa a crer que o manifesto seja capaz de provocar ações reais que justifiquem atitudes tão extremas. Para ele, a situação não deve ser enfrentada com violência, pois nesse momento reações excessivas poderiam instaurar uma crise, dessa maneira se faz entender e é apoiado pelos outros membros da sessão. Ainda assim, publicam uma resolução em que condenam o manifesto das “Duas Mil Palavras”: “um ato de desconfiança em relação à nova direção e à nova política” precisando que, “devido à situação interior e exterior, ele coloca em perigo o conjunto do processo de democratização” (BROUÉ, 1979, p. 119).

Contudo, os dirigentes do PC interpretaram mal o estado de espírito da população e até de seus militantes, assim sua autoridade acabou sofrendo consequências. Centenas de seus delegados afirmavam estar de acordo com o manifesto e o defende nas conferências distritais. As redações dos jornais estão lotadas de cartas de leitores. O *Prace*¹⁴ convida o general Kodaj a tomar conhecimento do seu dossiê sobre o caso: 40.000 assinaturas recebidas em cartas e petições que aprovam o manifesto contra 9 que o desaprovam (BROUÉ, 1979).

Desde a publicação original do manifesto no final de junho, e suas consequentes republicações em diferentes jornais do país, a comoção que causou foi gigantesca, gerando preocupação no *Presidium* de como isso iria afetar o XIV Congresso do Partido Comunista Tchecoslovaco, já que nas conferências distritais apenas 21% dos delegados “permanentes” foram eleitos novamente, enquanto o restante foram novos homens, sendo 17% a mais de operários em relação as últimas eleições. Assim, podemos perceber que o movimento que Alexander Dubcek começou acabou por superá-lo, os partidários eleitos manifestam-se através de uma

¹³ As milícias populares estavam subordinadas ao Ministério do Interior, constituindo o braço armado do PC e a força organizada mais conservadora do interior da Tchecoslováquia. Em primeiro momento haviam sido contrárias as reformas da Primavera de Praga e sinalizado à URSS que não permitiriam que ninguém desonrasse os “princípios leninistas da construção socialista” (TIGRID, 1970).

¹⁴ Jornal dos sindicatos de Praga.

nova tendência revolucionária e anti-burocrática: acima de tudo querem continuar a revolução anticapitalista, mas querem mudança na estrutura do Partido, pluralismo político baseado em conselhos operários e querem ainda a reforma dos estatutos do PC (BROUÉ, 1979).

O projeto da reforma dos estatutos é publicado no dia 10 de agosto: criticando severamente o “centralismo burocrático”; afirmando o direito da minoria de formular, manter e pedir novo exame do seu ponto de vista; afirmando o direito de cada membro do Partido de se expressar na imprensa sobre todas as organizações e todos os seus membros, sejam quais forem as suas funções; garantindo o voto secreto e a pluralidade de escolhas para os eleitores; estabelecendo regras estritas contra o abuso da renovação de mandatos, entre outras medidas (BROUÉ, 1979).

Podemos ver que com o impulso da massa, as práticas de democracia operária foram sendo colocadas em prática, conscientemente ligadas à tradição bolchevique e abertamente opostas às concepções stalinistas, procurando a destruição do aparelho todo-poderoso enquanto continuação da burocracia do Kremlin, querendo a restauração da democracia interna, a ressurreição do Partido, e assim, se mostrava um precedente perigoso demais para ser tolerado (BROUÉ, 1979).

As “Duas Mil Palavras” são julgadas intoleráveis em Moscou e em Varsóvia, pelo menos é o que sugere as reações da imprensa dos outros países do leste, a partir de julho até a intervenção militar em agosto daquele ano. Ocorre uma gigantesca campanha de intimidação da imprensa russa contra Tchecoslováquia, mas também procura convencer os trabalhadores russos que há um perigo contra-revolucionário por parte dos tchecoslovacos. A campanha sustenta que “forças reacionárias” conseguiram “apoderar-se” dos meios de informação tchecos e que socialismo democrático é um código para um “sistema político completamente diferente e antimarxista” (BROUÉ, 1979).

Toda essa pressão nos meios de comunicação consegue que pelo menos parte dos dirigentes tchecoslovacos se dobrem a vontade russa para assegurar a “retomada” da imprensa e do país, e continuar com a dominação burocrática. Os diferentes Partidos Comunistas da Europa Oriental enviam cartas ao *Presidium* propondo sua “ajuda”. O secretário-geral do Partido Socialista Unificado da Alemanha, Walter Ulbricht, chega a propor os serviços de sua polícia e seu exército para a “retomada” do país. Todos acrescentam que as modalidades dessa “ajuda” poderiam

ser melhores definidas em uma conferência dos seis países. Porém, o Comitê Central Tchecoslovaco responde que não é hostil à conferência dos seis, mas preferiria que ela ocorresse após uma série de reuniões bilaterais – uma tentativa de dividir os seus censores (BROUÉ, 1979).

O Primeiro-Secretário do PC da URSS, Leonid Brejnev, não leva em consideração a resposta de Praga e convoca a conferência para ocorrer em Varsóvia. O *Presidium* tchecoslovaco se recusa a comparecer e confirma sua resposta anterior sobre as reuniões bilaterais, o que acaba tornando a tensão no país ainda maior, já que as tropas do Pacto de Varsóvia permaneciam no país desde maio, enquanto as manobras já deveriam ter se encerrado e deixado o país em junho (BROUÉ, 1979).

A conferência de Varsóvia elaborou e publicou no dia 17 de julho a “Carta dos Cinco”, que seria uma oferta a Tchecoslováquia de apoio para “salvar o socialismo”, na realidade era um apelo puro e simples de retorno ao stalinismo. O jornalista francês Pierra Daix “traduziu-a” do jargão stalinista:

Convite para dar todo o poder ao aparelho de segurança, para atribuir à polícia política preeminência sobre o partido. [...] Acerto de contas primeiro com o Partido, com a Frente Nacional em seguida, e mordaza para as massas. [...] Entrega do monopólio de todos os meios de informação ao aparelho do antigo sistema (DAIX *apud* BROUÉ, 1979, p. 133).

Reunido novamente no dia 18, o *Presidium* responde com firmeza a “Carta dos Cinco”, refuta suas acusações, mas admite a necessidade de explicações e reitera a proposição de conferências bilaterais (BROUÉ, 1979).

Após vários dias de tensão, realiza-se em Cierna-nad-Tisou, atualmente no território da Eslováquia, a conferência entre Moscou e os tchecoslovacos, durante os dias 29 de julho a 1º de agosto. Ao seu final, é anunciado a conferência dos seis que seria realizada em 3 de agosto em Bratislava. Mesmo sem documentação que comprove totalmente, acredita-se que nessa reunião os tchecoslovacos fizeram em Cierna algumas concessões aos soviéticos: limitar a liberdade de informação e dissolver organizações consideradas pelos russos como “contra-revolucionárias” (BROUÉ, 1979).

Dubcek não cumpriu esses compromissos, na verdade, não podia senão procurar ganhar tempo. Segundo o historiador francês Pierre Broué (1979),

Dubcek tinha lutado contra uma política de repressão, para evitar a revolução política, e contra o movimento de massas com o pretexto de lhe resguardar da repressão. Sua extraordinária popularidade, sua

aparente vitória repousava menos sobre uma inteligente utilização dos meios de comunicação de massa, como se costumou sublinhar, do que sobre uma profunda ambiguidade: o movimento de massas via nele seu intercessor junto aos mestres do Kremlin, e os mestres do Kremlin viam nele um intermediário, um instrumento para canalizar o movimento de massas antes de esmagá-lo. Dubcek não se tinha decidido, pois, se assim o fizesse, teria perdido sua razão de ser e sua função. O movimento de massas não era suficientemente organizado, potente e consciente, nesse verão de 1968, para obrigá-lo a decidir a seu favor: uma hipótese que não se poderia excluir *a priori*; mas ele era suficiente para impedi-lo de fazer, ainda que disfarçadamente, o jogo de Moscou, cujas exigências eram agora conhecidas de todos. E é esse sentido que o seu papel de mediador chegava ao fim, não por falta de boa vontade, mas por real impotência (BROUÉ, 1979, p. 136).

Dubcek ganhou tempo para si, mas também para que se realizasse a última manobra de reunir os exércitos de Varsóvia. Como escreveu Jiri Hochman ao *Reporter*¹⁵: “A burocracia que está, de forma lenta mas segura, enterrando o socialismo em escala mundial. E é por isso que não podemos esperar nenhuma cooperação ou compreensão fraternais da burocracia” (BROUÉ, 1979, p. 138). E então, na noite de 20 para 21 de agosto de 1968, a burocracia mostra sua força, seiscentos mil homens armados juntamente com tanques chegavam a Praga, se lançando contra um proletariado em luta pelo socialismo, e contra a população que reprovava veementemente a invasão como um crime tanto ao socialismo quanto ao futuro de seu país.

2.3 A invasão dos cinco exércitos do Pacto de Varsóvia e as resistências

Os soviéticos dispunham de agentes de confiança em todos os postos-chave, sendo eles membros do PC tchecoslovaco ou ocupando outros cargos. Eram pessoas que haviam conseguido se manter em seus postos ou foram transferidos para outros. Alguns haviam sido restaurados durante uma política de reconciliação de Dubcek com a URSS, e nunca tinham reconhecido outra autoridade que não a de Moscou: o coronel Salvovic, Chefe da Segurança do Estado, assegurou o desembarque de tropas aerotransportadas; Karel Hoffmann, antigo Ministro da Informação de Novotny e depois nomeado diretor do Serviço de Correio, Telégrafo e Telefone, dá ordem para interromper as comunicações telefônicas e de tirar as emisoras de rádio do ar; Oldrich Svestka, diretor do *Rudé Právo*, ordena a publicação da “declaração” dos

¹⁵ Hebdomário da União dos Jornalistas.

cinco ocupantes; Vokac, antigo Ministro de Transportes, tenta impedir ligações entre os centros ferroviários a fim de facilitar a movimentação das tropas invasoras. Assim como uma série de colaboradores menores, realizaram seus papéis técnicos no momento da invasão (BROUÉ, 1979).

Apesar das comunicações terem sido cortadas, existia uma rede de emissoras de rádio construída para o caso de uma invasão ocidental, e apoiando-se tanto na cumplicidade da população civil e dos recursos técnicos do Exército tchecoslovaco, foi possível que as informações fossem transmitidas e tornassem possíveis uma tomada de consciência para uma mobilização da opinião pública. O que acabava gerando uma situação mais perigosa da qual o Kremlin pretendia por fim (BROUÉ, 1979).

Conforme Tigrid (1970), às duas horas da manhã do dia 21 de agosto, a Rádio Praga reinicia suas transmissões com um grito de alerta: “Acordai os vossos vizinhos e amigos, apesar do avançado da hora. Dentro de um instante transmitiremos notícias extremamente importantes. Permanecei escutando-nos, e acordai todo mundo!”. Seguiu-se um anúncio que às 23 horas, do dia 20 de agosto, adentraram as fronteiras do país, as tropas dos cinco exércitos do Pacto de Varsóvia: URSS, Polônia, República Democrática Alemã, Hungria e Bulgária. O *Presidium* do Partido afirmava na transmissão que nenhum órgão do Partido ou do Estado foram avisados ou consultados sobre o ato, e pediam que tanto os cidadãos quanto exército, polícia e milícias de operários não opusessem resistências.

Pouco após essa transmissão, o *Presidium* do Partido seria removido de dentro da sede do PC tchecoslovaco pelas tropas soviéticas. Porém, apenas Dubcek, Cernik, Smrkovsky, Spacek, Kriegel e Simon são presos ao final. De acordo com o testemunho de Stanislav Budin, quando houve o anúncio da entrada das tropas russas, “Indra, Kolder, e Svestka não manifestaram nenhuma surpresa nem emoção, como se eles conhecessem o que vinha sendo preparado” (BROUÉ, 1979, p. 143). E esses homens, membros do *Presidium*, foram escoltados pelas tropas soviéticas, e vistos amigavelmente com o General russo Pavlovski, o comandante das forças de ocupação.

Contudo, essa questão dos colaboradores políticos, segundo Broué (1979), é mais difícil de desmaranhar, muitos esperavam uma vitória sem muita resistência, mas recuaram diante da unanimidade do protesto popular e passaram a fazer jogo duplo,

em vez de se desmascararem antes do tempo. A prisão dos dirigentes tinha arrastado para a luta a maioria esmagadora da população, mas também de setores cuja submissão à URSS nunca tinha deixado dúvida até o início da invasão, como as milícias populares em seu conjunto, ou homens como os generais Kodaj e Lomsky.

Segundo testemunhas, a população andava na rua com uma espécie de embriaguez, nessas primeiras horas da manhã. Havia pessoas que tentavam conversar com os soldados soviéticos que tudo aquilo era um erro, eles estavam na Tchecoslováquia, onde não havia nenhum motivo que justificasse a invasão, e se repetiam os mesmos diálogos, enquanto os populares encolerizavam-se:

- Por que foi que vieram?
- Para libertar vocês.
- Libertar de quem?
- Das forças contra-revolucionárias.
- Mas isso não existe.
- Ah, sim! Claro que existe!
- Mas onde? Vocês as viram?
- Não. - Depois, sorrindo: - Elas estão bem escondidas, por isso viemos ajudá-los a encontrarem-nas. É nosso dever, somos amigos de vocês... (BYK *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968, p. 14).

Em seu testemunho, o jornalista francês Michel Croce-Spinelli relata que às 5h30 da manhã do dia 21 de agosto, a Praça Venceslau já estava lotada de pessoas, jovens correndo, caminhões com bandeiras tchecoslovacas com os nomes do primeiro secretário Dubcek e do presidente Svoboda sendo ostentadas, além de bondes trazendo mais pessoas para a praça. Os carros, pouco a pouco, transformam-se em painéis repletos de frases e cartazes. A partir das 9 horas, panfletos, manifestos e jornais aparecem jogados por lambretas, carros e caminhões, as pessoas atropelam-se para ler, e disputavam-se os exemplares (CROCE-SPINELLI *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968).

Logo nas primeiras horas já se tinham mortos: uma mulher esmagada por um blindado que se pôs de súbito em movimento, e um rapaz, bem jovem, com sua cabeça trespassada por uma bala. Molharam uma bandeira tchecoslovaca no sangue do rapaz e percorreram as ruas de Praga sob os olhos de uma população que começava a acordar e compreender (BYK *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968).

Ouvia-se o barulho da fuzilaria, gritos, explosões. Já havia algumas barricadas, caminhões e ônibus virados. Os jovens subiam nos tanques pela retaguarda, onde faziam orifícios nos depósitos de gasolina e jogavam um fósforo. Segundo testemunhas, os soviéticos estavam mal organizados, perplexos, e a população,

percebendo, começou a se aproveitar dessa situação. Os ocupantes rodavam pelas ruas sem saber para onde ir. Perguntavam caminhos e direções e a população só lhes dava rotas falsas, não foram capazes de encontrar a Casa dos Escritores¹⁶ durante uma tarde inteira, e vigiaram a Casa da Juventude¹⁷ acreditando ser a Assembleia Nacional. Quando se completava doze horas de ocupação, jornais, televisão e rádios ainda funcionavam. A palavra empregada em todos eles eram “ocupação” e, paradoxalmente, o Partido Comunista era quem liderava a oposição (BYK *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968). A falta de preparação dos ocupantes é mencionada também no testemunho de Croce-Spinelli:

Cada tanque traz também uma verdadeira bomba presa logo atrás da torre giratória, o que o tornará terrivelmente vulnerável em caso de combate de rua. Isto parece indicar, bem como a completa ausência dos serviços de intendência, na quarta e na quinta-feira, que os russos esperavam ser muito bem acolhidos e acreditavam, sinceramente, ter de haver-se apenas com uma exígua fração da população. [...] De uma das janelas da Rádio Praga, um homem munido de megafone falava a cerca de trezentos de seus concidadãos aglomerados na rua. Fazia comentários políticos, fornecia notícias e declarações que a emissora, cujas instalações tinham sido ocupadas, mas que continuavam clandestinamente no ar, estava nessa altura transmitindo. Os russos nada dizem; deixam correr. O estado-maior, ao que parece, não previra isso e não teve tempo de elaborar uma estratégia para continuar com a situação (CROCE-SPINELLI *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968, p. 33).

As ordens dos soviéticos pareciam ser, a princípio, apenas essas: vigiar lugares estratégicos e tiros de dissuasão da população. O que não impediu que ocorresse “acidentes”, os tchecos estimam que houve pelo menos 50 mortos no primeiro dia da invasão. O jornalista francês, Serge Richard, relata que ao conversar com algumas pessoas, muitas traziam a recordação da invasão nazista em 1939, inclusive chamando os soviéticos de “nazistas vermelhos”. São essas duas invasões por países estrangeiros que renderam a memória dos tchecoslovacos suas “quartas-feiras negras¹⁸” (RICHARD *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968).

A resistência tchecoslovaca é principalmente entre os adolescentes e jovens, e entre a imprensa. O jornalista tcheco Vaclav Byk, em seu testemunho, revela que no segundo dia de ocupação, sua redação já funcionava de forma clandestina: depois de

¹⁶ Sede da União dos Escritores.

¹⁷ Sede de organização estudantil.

¹⁸ Tanto a invasão nazista, em 15 de março de 1939, quanto a invasão soviética, em 21 de agosto de 1968, aconteceram em uma quarta-feira.

impressos exemplares eram guardados em uma fábrica próxima que cedera um armazém, distribuídos por jornalheiros e viaturas de polícia que ofereceram ajuda. Via-se nas avenidas, muitos veículos circulando, sem aviso e sem parar, caíam maços de jornais. Assim, os soviéticos revistavam a todos, confiscando inclusive câmeras fotográficas e abrindo fogo contra quem tentasse fugir, mas a Polícia passava ileso (BYK *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968).

Todavia, a maior resistência foi a realização do XIV Congresso do Partido Comunista. O congresso estava previsto para o dia 9 de setembro, mas mediante a invasão, há a convocação extraordinária para o dia 22 de agosto. Através da Rádio Praga são convocados para a capital tcheca todos os delegados que haviam sido eleitos democraticamente em abril, utilizando-se de todos e quaisquer meios que dispusessem a fim de se reunirem. As forças de segurança soviéticas tentam realizar uma armadilha para os deputados, mas tendo sido descoberta, os delegados são alertados pela rádio e se dirigem às indústrias da capital, onde militantes e milicianos estariam encarregados de lhes encaminhar até o local clandestino da reunião, enquanto, oficialmente, para despistar o ocupante, a reunião se realizaria no Parlamento (BROUÉ, 1979).

Outra medida de segurança que foi tomada, segundo o testemunho de Byk¹⁹, foi a realização simultânea, na mesma fábrica em localizações distintas, dois congressos, um verdadeiro e um falso. O falso era composto por operários vestidos de camisas brancas e gravatas vermelhas. Quando finalmente os russos descobriram a fábrica, se depararam com o falso congresso, e até que percebessem o que estava acontecendo, o verdadeiro congresso já havia terminado.

Ao final do evento teriam participado entre 1250 delegados, tchecos e eslovacos, e este momento foi interpretado na época como a vitória do movimento de massas, retomando o partido do aparelho stalinista, ainda que confuso em suas perspectivas, mas manifestando vontade de cortar o cordão umbilical que o ligava ao aparelho. O congresso conta com poucas figuras conhecidas do governo e Partido, o deputado Kabrma é quem preside a sessão. São eleitos 144 novos membros para o Comitê Central, sendo excluídos deliberadamente todos os agentes, diretos ou indiretos, ligados a Moscou, como os colaboradores confessos Indra, Kolder, Bilak e

¹⁹ Cf. BYK *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968.

os “realistas de bom senso”²⁰, como Piller e Strougal. Foram reeleitos todos os dirigentes presos, além de homens que se encontravam ameaçados, como Ota Sik. Também foram eleitos alguns signatários das “Duas Mil Palavras”, como Karel Kosik. Além disso, foram eleitos homens conhecidos por suas ideias progressistas ou tidos como tais, entre eles, o eslovaco Gustav Husak. Entretanto, posteriormente, Husak seria a escolha dos soviéticos para assumir o PC tchecoslovaco (BROUÉ, 1979).

Ao seu final, o XIV Congresso afirma em uma declaração solene que a ocupação estrangeira constitui em uma violação da soberania nacional, não havia na Tchecoslováquia, às vésperas da intervenção, nem contra-revolução, nem perigo para o socialismo e que o país não poderia aceitar uma autoridade militar de ocupação, nem poderes colaboracionistas. Reafirma a confiança nas autoridades designadas, Dubcek e Svoboda, lançando ordem de greve geral, a partir do meio-dia da sexta-feira, 23 de agosto. Ainda conclama ajuda imediata de todos os partidos comunistas e operários do mundo inteiro (BROUÉ, 1979).

Sem muita demora, a imprensa russa publica uma declaração sobre o XVI Congresso Tchecoslovaco, o qualificando como uma

reunião clandestina apressadamente organizada (sic) pelos elementos revisionistas de direita para se apoderarem dos organismos dirigentes do partido e mudarem sua linha política [...]. Esse pretense congresso reuniu-se violando as regras elementares do estatuto do Partido Comunista tcheco-eslovaco. Ele foi convocado a despeito do Comitê Central do partido e nenhum representante eslovaco tomou parte dele. Os comunistas do exército tampouco participaram (BROUÉ, 1979, p. 148).

O *Rudé Právo*, o jornal e órgão do PC tchecoslovaco, está sob direção dos “realistas de bom senso”, e se proclama ilegal ao mesmo tempo em que se utiliza da linguagem do ocupante que diz combater:

Somos o órgão do Comitê Central regularmente eleito, tendo em sua direção o primeiro-secretário Alexander Dubcek. Nosso órgão não tem nada de comum com o Comitê Central saído do pretense XIV Congresso Extraordinário, cuja convocação e desenvolvimento testemunharam uma violação flagrante das normas elementares da democracia interna do partido. [...] [As] forças extremistas de direita que desintegraram o Comitê Federal de Praga, que se erguera ao nível do Comitê Central, e que demonstraram mais de uma vez, como já se vira várias vezes no passado, que aqueles que tem a boca cheia de

²⁰ Nome dado pela imprensa clandestina aos dirigentes do *Presidium* que permaneceram com liberdade de movimentos e em “negociações” com os soviéticos. O que foi interpretado como uma tentativa soviética de produzir uma imagem de homens aparentemente independentes para realizar “negociações” e os proclamarem “patriotas” (BROUÉ, 1979).

humanismo, de palavras sobre o renascimento da democracia, rejeitam rapidamente a democracia quando ela não lhes convém mais (BROUÉ, 1979, p. 149).

Apesar disso, dentro da Tchecoslováquia, a voz do *Rude Pravo* é solitária. O jornal *Politika* surge ligado ao novo Comitê Central. Assim como quase a totalidade dos outros periódicos, comitês de fábrica e dos sindicatos, se colocam sob a autoridade do Comitê Central saído do XIV Congresso (BROUÉ, 1979).

No dia seguinte ao Congresso, 23 de agosto de 1968, o presidente Ludvik Svoboda, parte para Moscou. O General Svoboda, estava cansado, aos seus 73 anos, de negociar com os representantes soviéticos que estavam em Praga, e parte em viagem como uma tentativa de negociar diretamente com o primeiro-secretário do PC da URSS, Leonid Brejnev. Antes de ir, informa a população pelo rádio que está indo de livre e plena vontade, quer se mostrar tranquilizador, mas não nega que negociações difíceis o esperam. Ainda afirma que: “espero regressar esta noite e, por este mesmo meio, informarei a nação sobre o resultado das minhas negociações” (HALLÉ *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968, p. 195).

No entanto, apesar de sua promessa, Svoboda só retorna a Praga no dia 27 de agosto. Os testemunhos divergem quanto ao que aconteceu depois da chegada da comitiva do presidente ao Kremlin, mas convergem em um ponto: Svoboda exigiu que seus companheiros do Partido Comunista estivessem presentes na negociação, e dessa forma, Dubcek, Cernik e Smrkovsky estão presentes enquanto os soviéticos fazem suas exigências. O ultimato soviético e resultado do acordo foram os seguintes pontos²¹:

- Anulação do XIV Congresso e extinção dos órgãos por ele eleitos, o Comitê Central e o *Presidium*;
- Retirada do “Caso Tcheco” do Conselho de Segurança da ONU;
- A responsabilidade da determinação da política pertence ao Partido e não ao governo;
- Restabelecimento da censura, sob responsabilidade do Partido e não do governo;
- Restabelecimento da censura telefônica e postal;
- Supressão de clubes;

²¹ Cf. HALLÉ *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968, p. 219.

- Demissão de personalidades (os russos querem a demissão de Ota Sik, do Ministro das Relações Exteriores Hajek, do presidente da União dos Jornalistas Kaspar e o presidente da União dos Escritores Goldstucker);
- Expulsão dos jornalistas estrangeiros e demissão dos jornalistas tchecos que se manifestaram contra a invasão;
- Ausência de represálias contra os membros do Comitê Central pró-russos, como Bilak, Kolder, Indra e Barbirek;
- Interdição formal à Tchecoslováquia de realizar conversações bilaterais com a Romênia e a Iugoslávia;
- Limitação do intercâmbio cultural com países do Ocidente;
- Interdição aos cidadãos tchecoslovacos de ir ao estrangeiro sem visto de saída;
- Cooperação mais estreita entre a Tchecoslováquia e a COMECON²²;
- Encerramento da missão comercial da Alemanha Oriental;
- Partilha dos encargos de manutenção das tropas estacionadas na Tchecoslováquia;

De volta a Praga, o presidente Svoboda profere um discurso que é transmitido também pelo rádio, no entanto, a recepção da população é majoritariamente negativa. A Praça Venceslau fica efervescente, a multidão aglomera-se. As pessoas discutem com veemência. Segundo Hallé (1968), o sentimento era de humilhação, cólera irreparável. As emissoras de rádio clandestinas se pronunciam na recusa da população tchecoslovaca pelo compromisso de Moscou. E então, a atenção e as expectativas se voltam para o discurso de Dubcek que é proferido a noite desse mesmo dia. Porém, o discurso não contribui para a melhora do ânimo tcheco. O tom é pungente, entrecortado, soluços abafados, com grandes intervalos para recuperar o fôlego:

A primeira coisa a esperar é a normalização indispensável para podermos dar novos passos à frente. (...) Isso comportará também medidas que limitam parcial e temporariamente a liberdade de expressão. (...) Quanto mais depressa chegarmos a uma situação normal, mais cedo sairemos da nossa situação complexa (...) (HALLÉ *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968, p. 211).

²² Conselho para Assistência Econômica Mútua, uma organização internacional fundada em 1949. O COMECON tinha por objetivo ajuda mútua, e a integração econômica das nações do Leste Comunista para o impedimento do avanço do Plano Marshall sobre a região.

O termo em tcheco *normalizace* – normalização, em português –, é o mais falado naquele momento, mas com sentido ambíguo. Para os soviéticos, significa a correção dos erros e falhas da equipe de Dubcek, e a volta à firme direção do país “pelo partido”. Enquanto para os tchecoslovacos, trata-se da evacuação das tropas de ocupação e o respeito as formas constitucionais da vida política. Alexander Dubcek após sua prisão, cede a semântica soviética.

Os membros do *Presidium* do Comitê Central são reintegrados em suas funções, com exceção das personalidades que os soviéticos exigiram a demissão. Seus poderes são restaurados, mas com condições e restrições. Diz-se que há uma tentativa de coexistência entre o regime inspirado por Dubcek e os senhores do Kremlin, mas não há possibilidade, nem da Tchecoslováquia e nem de nenhum país do Pacto de Varsóvia, de escolher livremente seu destino, a menos que haja uma mudança estrutural dentro da própria União Soviética. A “normalização” começa a tomar suas primeiras formas.

2.4 A permanência do Regime Comunista e a “normalização” política

Durante o final do mês de agosto e no decorrer de setembro, as medidas que os soviéticos exigiram começam a ser cumpridas. O XIV Congresso foi considerado ilegal e foi anulado, e invalidando os dirigentes por ele eleitos.

No dia 31 de agosto, o *Pravda* – jornal do Partido Comunista Eslovaco – publica que “os elementos são da Tcheco-Eslováquia exigem a liquidação de 40.000 vagabundos contrarrevolucionários”²³, o que gera grande comoção e faz com que numerosos intelectuais deixem o país. Estima-se que 300 mil pessoas deixaram o país devido a invasão soviética, sendo 70 mil destas imediatamente após os primeiros tanques chegarem a Praga.

Na noite do dia 11 para 12 de setembro os tanques soviéticos evacuam a cidade de Praga, e igualmente outras cidades importantes como Brno e Bratislava (capital da Eslováquia), os soldados também desocupam os prédios de jornais e outros órgãos, como a União dos Escritores e o Sindicato dos Jornalistas. Nenhuma dessas medidas gera mudanças no humor, a nação ainda se mostra profundamente pessimista (HALLÉ *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968).

²³ Cf. HALLÉ *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968, p. 233.

As manifestações e os protestos continuam acontecendo, mas em menor frequência. As divulgações têm que ser feitas de maneira apenas oral, por meio de panfletos e cartazes, já que havia se instalado um silêncio da imprensa, rádio e televisão. As greves conseguem engajar muitos estudantes, das universidades e dos liceus, e até mesmo parte do operariado, mostrando que ainda é possível um movimento organizado. Não obstante, ainda faltava programa, meios de ação e direção política.

Ainda no final do ano 1968, o político eslovaco Gustav Husak, já havia sido sondado pelos soviéticos para a formação de um novo governo. Após a demissão de Vasil Bilak, é elevado ao cargo de líder do Partido Comunista da Eslováquia em 28 de agosto de 1968 (HALLÉ *apud* DESGRAUPES & DUMAYET, 1968). Husak foi o responsável por restituir a acumulação de cargos no país, medida combatida por Dubcek e o Programa de Ação de abril de 1968. O eslovaco foi nomeado e sucedeu Dubcek como Primeiro Secretário do PC tchecoslovaco em abril de 1969, cargo que ocupou até 1989. Posteriormente, em 1975, passa a ocupar também o cargo de Presidente da Tchecoslováquia, até 1987. Foi considerado o rosto da “normalização” soviética e sua ascensão ao cargo de Primeiro Secretário é considerada um marco do fim das reformas da Primavera de Praga. A mudança de estação chegava novamente a Tchecoslováquia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo, conclui-se que a Primavera de Praga representou a emergência do processo revolucionário, mas que não conseguiu se concretizar. Com este processo, fez-se emergir um projeto de constituição de um sistema socialista com pluralismo e ampla autogestão apoiada nos conselhos operários, a partir das mobilizações sociais. Entretanto, produziu o medo em Moscou que essas ideias contagiassem os outros Estados socialistas do Leste Europeu e desencadeassem uma revolução política. E, dessa maneira, conduziram a invasão do Pacto de Varsóvia em Praga, os soviéticos ainda contaram com o apoio das ações políticas dos “realistas de bom senso” do Partido Comunista Tchecoslovaco. O medo soviético vinha da crença que a abertura democrática levaria ao fim da dominação da casta dirigente expropriadora política do proletariado, impactando no poder e nos privilégios das camadas dirigentes dos países do bloco liderado pelos soviéticos.

E, assim, podemos perceber que o Comitê Central do Partido Comunista Tchecoslovaco, personalizado no reformista Alexander Dubcek, iniciou um movimento que acabou por superá-lo. Quando o Kremlin surge antagonizando as medidas que estavam sendo tomadas, o *Presidium* passa a realizar um papel de mediador entre a pressão popular de continuar o socialismo com “face humana” e a ortodoxia soviética. E quando a mediação se provou ineficiente, os tanques do Pacto de Varsóvia avançaram sobre a capital tchecoslovaca.

A Primavera de Praga causou grande impacto na mentalidade do povo tchecoslovaco, por ser justamente um movimento que foi abraçado pela sociedade como um todo. A título de exemplo, podemos citar o autor tcheco Milan Kundera, que usa em seus livros a história da Tchecoslováquia como pano de fundo. Sua obra mais conhecida “A Insustentável Leveza do Ser”, desenrola sua trama durante a Primavera de Praga e a invasão soviética. Revelando um grande sentimento de resistência, tanto do autor que vivenciou a opressão do regime socialista soviético, inclusive sendo exilado, como os seus personagens fictícios que protagonizam o livro. O enredo se revela contrário ao *kitsch* totalitário, que para o autor, simboliza a padronização da sociedade e das pessoas, a exclusão de tudo que a existência humana tem de essencialmente inaceitável, ameaçando toda manifestação de individualismo, entre outras formas de liberdade. O cerne da crítica de Kundera é ao regime socialista soviético, e não ao comunismo enquanto sistema político. Essa crítica era a mesma

que ecoava da sociedade em geral após a terrível semana que viveram em agosto de 1968.

A invasão soviética na Tchecoslováquia repercutiu grandemente pelo globo, ainda mais que se somava a grande ebulição política e social no mundo, como o Maio Francês, os movimentos sociais nos Estados Unidos e até mesmo a resistência contra a ditadura civil-militar no Brasil. Porém, mais profundamente seu impacto intercorreu na opinião pública sobre a União Soviética e o movimento dos trabalhadores. Os Partidos Comunistas ocidentais sofreram o desgaste juntamente com Moscou, ao tentar explicar às suas bases a atitude intervencionista que era executada, gerando desconfiança se a revolução mundial viria pela URSS. O movimento de Praga acabou sendo responsável por contribuir que os Partidos Comunistas europeus realizassem uma reformulação de suas plataformas políticas, acrescentando a democracia como um valor universal e inegociável, e tal movimento de reformulação, mais tarde, ficou conhecido como *eurocomunismo*.

Além disso, o posicionamento da URSS em relação aos tchecoslovacos levou aprofundamento da crise do movimento comunista, que já estava sofrendo impactos desde o fim da Segunda Guerra com a revolução chinesa realizada por Mao Tsé-Tung e a iugoslava, realizada pelo Marechal Tito. Contudo, pode-se dizer que Moscou manteve sua hegemonia por mais 20 anos devido ao medo que outras nações aliadas tinham de acabar tendo o mesmo destino que a Tchecoslováquia.

No ano de 1989, em resposta a queda do muro de Berlim, um marco do enfraquecimento da União Soviética, os tchecoslovacos conseguiram concretizar a transição do comunismo à democracia, conhecida como a Revolução de Veludo. Ainda assim, os soldados soviéticos permaneceram em solo tchecoslovaco. O último soldado só deixou o território em 23 de maio de 1991, quando se aproximava o fim oficial da União Soviética em dezembro desse mesmo ano. Juntamente com a transição para a democracia, é firmado também o tratado de divisão entre República Tcheca e Eslováquia, para resolver esse antigo problema. Tal mudança entrou oficialmente em vigor apenas em 1º de janeiro de 1993. Encerrando-se, assim, a trajetória da Tchecoslováquia, e nascendo a história de duas repúblicas democráticas, capitalistas e autônomas entre si.

Mesmo que os eventos da Tchecoslováquia tenham causado repercussão no mundo, e estejam ligados aos principais eventos europeus do século XX, os estudos

sobre a Tchechoslováquia e de outras nações comunistas do Leste Europeu, ainda ocupam um lugar de esquecimento nos meios de pesquisa ocidentais, principalmente nos trabalhos em língua portuguesa. E, sendo assim, estamos certos de que esse não é um estudo encerrado.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Thiago Borges de; SILVA, Davi Costa da. *Identidade nacional na Boêmia do século XV e a formação de uma paideia tcheca*. Educação e Pesquisa, vol. 41, núm. 2, abril-junho, 2015, pp. 309-324. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

BUSETTI, Flávia Zanonato. *O caso da Tchecoslováquia: os condicionantes externos da Revolução Comunista de 1948*. 2018. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade De Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BOURNE, J. M. *Who's who in World War One*. London: Routledge, 2001.

BROUÉ, Pierre. *A Primavera dos Povos Começa em Praga*. 1ª ed. São Paulo: Kairós, 1979.

CALVOCORESSI, P. *World politics since 1945*. 9th ed. England: Pearson Education Limited, 2009.

DESGRAUPES, Pierre; DUMAYET, Pierre (org.). *Praga: Quando os tanques avançaram*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1968.

GARAUDY, Roger. *Liberdade Vigiada*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1968.

HANÁK, H. *France, Britain, Italy and the independence of Czechoslovakia in 1918*. In: STONE, N; STROUHAL, E. (Comp.). *Czechoslovakia:crossroads and crises 1918-88*. New York: Palgrave Macmillan, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOGAN, Michael J. *The Marshall Plan: America, Britain, and the Reconstruction of Western Europe, 1947–1952*. Cambridge UP, 1987.

KUNDERA, M. *A insustentável leveza do ser*. Trad. Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LUKES, I. *Czechoslovakia between Stalin and Hitler: The diplomacy of Edvard Benes in the 1930s*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

MYANT, M. R. *Socialism and Democracy in Czechoslovakia 1945-1948*. New York: Cambridge University Press, 2008.

NAVRATIL, Jaromir (Editor). *The Prague Spring 1968*. Central European University Press: 1998.

ROTHENBACHER, F. *Czechoslovakia*. In: *The European Population 1850–1945. The Societies of Europe*. London: Palgrave Macmillan, 2002.

PONGE, Robert. *1968, dos movimentos sociais à cultura*. Porto Alegre: Organon, nº 47, p.39 – 55, julho-dezembro, 2009.

SCHUBERT, F. N.. *Hungarian borderlands: From the Habsburg Empire to the Axis Alliance, the Warsaw Pact, and the European Union*. London: Continuum International, 2011.

SHIRER, William L. *The Rise and Fall of the Third Reich: A History of Nazi Germany*. New York: Simon & Schuster, 1960.

SKILLING, H. Gordon. *The Formation of a Communist Party in Czechoslovakia*. University of Illinois: *American Slavic and East European Review*, Vol. 14, No. 3.Oct., 1955. p. 346–358.

TAUBMAN, William. *Khrushchev: The Man and His Era*. New York: W.W. Norton & Co., 2003.

TIGRID, Pavel. *A Primavera de Praga*. Tradução de Sérgio de Queiroz Duarte. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1968.

WAWRO, G. *A mad catastrophe: The outbreak of World War I and the collapse of the Habsburg Empire*. New York: Basic Books, 2014.

WIKIPEDIA. Nazi Germany. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Nazi_Germany.png. Acesso em: 18 mar. 2020.

ANEXOS

ANEXO A – Imagens da invasão

As primeiras unidades do 20º Exército Blindado Soviético em Liberec (a cidade do distrito da Boêmia do Norte)



The first units of the 20th Soviet Armoured Army in Liberec (the district town in Northern Bohemia)

Fonte: Jaromír Navrátil et al, eds. The Prague Spring Foundation, Prague, 1998.

A típica cena do agosto de Praga: um grupo de jovens com uma bandeira manchada de sangue



The typical scene from August's Prague: a group of young people with the flag stained by blood

Fonte: Jaromír Navrátil et al, eds. The Prague Spring Foundation, Prague, 1998.

ANEXO B – O Manifesto das “Duas Mil Palavras”

A existência da nossa nação, primeiro ameaçada pela guerra, conheceu depois de um período sombrio, eivado de acontecimentos que puseram em grave perigo a sua saúde espiritual e seu próprio caráter.

Foi com um sentimento de esperança que a grande maioria da nação aceitou o programa do socialismo. Mas as alavancas do comando não ficaram em boas mãos. Que aos dirigentes faltasse a experiência de estadistas, conhecimentos práticos ou cultura filosófica, não teria importância decisiva se, pelo menos, eles tivessem sido capazes de dar ouvidos às opiniões de terceiros e tivessem consentido na sua substituição, pouco a pouco, por homens mais aptos.

O Partido Comunista que, após a guerra, desfrutava da confiança do povo, fraudou gradualmente essa confiança, trocando-a pela conquista de lugares, até ocupá-los todos e nada mais lhe interessar. É nossa obrigação dizê-lo e aqueles dentre nós que somos comunistas sabem-no muito bem. A decepção deles, diante dos resultados, é tão grande quanto a dos demais.

A orientação incorreta dos dirigentes transformou o Partido, que era um grupamento político e ideológico, numa organização do poder pelo poder, a qual atraiu todos os egoístas ávidos de dominar, os covardes hábeis e as pessoas de má consciência e nenhuma probidade. O seu afluxo ao Partido afetou a natureza e o comportamento do mesmo.

A sua organização interna não permitia às pessoas honestas exercerem qualquer influência sem incidentes escandalosos, ou modificarem o Partido de modo a colocá-lo constantemente de acordo com as exigências do mundo moderno. Muitos comunistas combateram essa decadência, mas não conseguiram evitar o que aconteceu.

A situação interna do Partido Comunista serviu de exemplo e provocou uma situação semelhante no Estado. O fato de o Partido estar vinculado ao Estado levou-o, fatalmente, a perder as vantagens do distanciamento do poder executivo. A crítica às atividades do Estado e das organizações econômicas era inexistente. O Parlamento esqueceu o procedimento parlamentar, o governo esqueceu como se

governa e os dirigentes como se dirige. As eleições já não tinham qualquer significado e as leis perderam todo o seu valor.

Não podíamos confiar nos nossos representantes nem em qualquer organização. Ainda que lhes déssemos nossa confiança, nada lhes podíamos solicitar, pois nenhum poder efetivo dispunham. Pior ainda, não podíamos confiar uns nos outros. A honra pessoal e coletiva declinava inexoravelmente.

A honestidade não conduzia a parte alguma e as competências para nada serviam. Foi por isso que a maioria se desinteressou das questões públicas: as pessoas trataram de preocupar-se por si próprias e pelo dinheiro. Nada mais. Essas condições deploráveis fizeram também que, hoje em dia, ninguém possa confiar nem mesmo no dinheiro.

Abaladas as relações entre pessoas, deixara de existir a alegria pelo trabalho construtivo. Em resumo, chegara o momento em que a saúde espiritual e o caráter espiritual estavam ameaçados.

Somos todos responsáveis pelo estado atual das coisas, sobretudo os que são comunistas. A parte principal da responsabilidade, entretanto, cabe aos que faziam parte integrante ou eram instrumentos desse poder incontrolado. Era o poder de um grupo de opinião instalado, com a ajuda do aparelho do Partido, por toda a parte, desde Praga aos recônditos distritos e comunas.

O aparelho decidia o que se devia fazer ou não fazer. Dirigia as cooperativas, no lugar dos membros das cooperativas, as fábricas e as usinas, no lugar dos operários, e todas as organizações nacionais para os cidadãos. Nenhuma organização pertencia, realmente, aos seus membros – nem mesmo as de caráter comunista.

O erro principal e a maior fraude desses dirigentes foi eles justificarem suas arbitrariedades sob o pretexto de que essa era a vontade dos trabalhadores.

Se fossemos acreditar nessa burla, teríamos, hoje, de acusar os trabalhadores pelo declínio da nossa economia, pelos crimes contra pessoas inocentes, pelo estabelecimento da censura que impedia que tudo isso fosse escrito e denunciado. Eram os trabalhadores os responsáveis por investimentos errados, os prejuízos comerciais ou as crises de habitação?

Naturalmente, nenhuma pessoa de bom senso acreditou nessa culpabilidade dos trabalhadores. Todos sabemos que a classe trabalhadora, praticamente, nada

decidia, nem para coisa alguma era ouvida; os funcionários sindicais não eram escolhidos pelos trabalhadores.

Muitos trabalhadores acreditavam que o comando estava com eles, mas, na realidade, o comando era exercido em seu nome por um grupo de funcionários do Partido e do aparelho do Estado, treinados especialmente para esse fim. De fato, eles tinham ocupado o lugar da classe derrotada e tinham-se convertido na nova autoridade, uma nova classe dominante. É justo reconhecer que alguns desses funcionários do Partido se tinham apercebido há muito tempo de que a história estava adquirindo uma afeição desagradável. Estamos-lhes hoje reconhecidos pelos esforços que desenvolvem para desmascarar os erros, corrigir as injustiças e entregar aos cidadãos e aos membros do Partido o direito de decisão, limitando o poder e os efeitos da burocracia institucional. Eles estão conosco contra as concepções obsoletas da base. Mas muitos desses funcionários opõem-se as transformações e eles ainda dispõem de influência. Detêm ainda os instrumentos do poder, em particular nos distritos e comunas, onde podem utilizar esses instrumentos secretamente, sem receio de que os impeçam.

Desde o início deste ano, assistimos ao renascimento do processo de democratização. Começou no Partido Comunista. Devemo-lo assinalar e as pessoas dentre nós que não pertencem ao Partido e que, até recentemente, nada de bom esperavam de nós, também o sabem. Também devemos acrescentar que esse processo não poderia ter início alhures. Só os comunistas puderam ter, durante vinte anos, uma certa vida política.

Só a crítica comunista estava em condições de pronunciar-se. Só a oposição, dentro do Partido Comunista, gozava do privilégio de estar em contato com o inimigo. A iniciativa e os esforços dos comunistas democratas constituem apenas o reembolso da dívida contraída pela totalidade do Partido para com as pessoas fora dele e que o Partido mantinha numa posição de desigualdade. É por isso que não há lugar para o reconhecimento ou gratidão do povo para com o Partido Comunista, se bem que deva ser justamente reconhecido que ele se esforça hoje, com inegável honestidade, por utilizar essa derradeira ocasião para salvar sua honra e da nação.

O processo de renascimento não trouxe nada de novo. Comporta ideias e sugestões que, muitas delas, são mais velhas que os erros do nosso socialismo; e

outras que já estavam subjacentes ao que era visível. Deveriam ter sido expressas há muito tempo, mas foram sempre abafadas.

Não acalentamos a ilusão de que essas ideias triunfam agora por força da verdade. A sua vitória resolvida, antes, da fraqueza da antiga direção, desgastada, em primeiro lugar, por vinte anos de poder sem entraves. Manifestamente, todos os elementos indesejáveis escondidos nos alicerces e na ideologia do sistema tinham de amadurecer antes de se revelarem.

Entretanto, não convém subestimar o significado das críticas oriundas dos meios de intelectuais, dos escritores e dos estudantes. As modificações sociais têm sua origem na economia. As palavras só têm sentido se forem pronunciadas nas condições que foram convenientemente preparadas. “Condições convenientemente preparadas em nosso país”: infelizmente temos que compreender que essa expressão oculta a nossa pobreza geral e a total desintegração do antigo sistema de governo em que os políticos de um certo tipo se comprometiam calmamente à nossa custa. Esta verdade não é triunfante: é apenas a verdade que permanece quando todo o resto vai por água abaixo. Não há nisso motivos de festa nacional para celebrar a vitória. Há tão somente uma nova esperança.

Dirigimo-nos a todos nesse momento de esperança, embora rodeado ainda de ameaças. Foi preciso decorrerem muitos meses para que pudéssemos acreditar que nos era permitido falar livremente e, entre nós, ainda há alguns que não o crêem. Seja como for, falamos e tantas coisas foram reveladas que nos sentimos no dever de concretizar a nossa intenção de tornar esse regime mais humano. Caso contrário, a vingança das velhas forças seria cruel! Dirigimo-nos a todos aqueles que, até agora, apenas esperavam. O que acontece hoje é decisivo para muitos e muitos anos.

Estamos no verão, a época das férias, a época em que, tradicionalmente procuramos esquecer os problemas e as responsabilidades. Mas podemos estar certos de que os nossos adversários não vão dar-se ao luxo de uma pausa, pelo contrário, vão mobilizar agora toda a gente a seu soldo e já procuram, atualmente, preparar suas calmas férias de Natal.

Estejamos vigilantes, pois. Procuremos compreender o que vai acontecer e preparar nossa resposta. Renunciemos à exigência impossível de que qualquer um dentre nós, mais altamente colocado, nos dê sempre a interpretação exata das coisas e as conclusões a tirar. Cada um de nós deve extrair suas próprias conclusões, sob

sua própria responsabilidade. Só é possível chegar-se a um acordo mútuo sobre as conclusões através da discussão, o que implica liberdade de expressão, que é, de fato, a nossa única realização democrática deste ano.

Nos dias vindouros, teremos de pôr à prova a nossa própria iniciativa e a nossa própria determinação. Em primeiro lugar, opor-nos-emos à opinião – caso ela se manifeste – de que possa realizar um renascimento democrático sem os comunistas ou mesmo contra eles; isso seria não só injusto, como igualmente insensato. Os comunistas possuem organizações bem estabelecidas; é necessário, nessas organizações, sustentar as tendências progressistas. Tem funcionários experientes e as alavancas de comando em suas mãos. Prepararam um programa de ação que foi proposto e submetido à opinião pública. É um programa digno que, entre outras coisas, visa à reparação das maiores injustiças e são eles os únicos que possuem um programa tão concreto. Devemos reclamar o estabelecimento de um programa local de ação em cada distrito e em cada comuna.

Além disso, medidas muito comuns e há longo tempo esperadas foram, de súbito, tomadas pelos atuais dirigentes. O Partido Comunista tchecoslovaco prepara-se para o Congresso que vai eleger o novo Comitê Central. Devemos exigir que seja melhor que o Comitê Central cessante. Se o Partido Comunista declara, atualmente, que fundamentará no futuro a sua supremacia não na força, mas na confiança dos cidadãos, demos-lhe o crédito por tanto tempo se possa confiar nas pessoas que o Partido delegou para os distritos e conferências regionais.

O povo temia, há algum tempo, que o processo de democratização fosse sustado. Essa impressão provinha, em parte, da fadiga causada pela efervescência dos acontecimentos e, em parte, das demissões de altas personalidades e dos discursos de intoxicação, de uma brutalidade verbal sem precedentes.

Contudo, a explicação é simples: a luta das forças tornou-se menos visível. O combate trava-se agora em torno da substância e aplicação das leis, da extensão das medidas práticas que são tomadas. Além disso, devemos dar tempo necessário aos recém-chegados – aos novos ministros, procuradores, presidentes, secretários – para mostrar que podem fazer alguma coisa de bom e positivo, ou que não o podem fazer. De momento, não se pode exigir mais dos órgãos políticos centrais.

Praticamente, a futura democracia dependerá do que acontecer nas empresas e daquilo em que elas se tornarem. Em todas as nossas discussões, os economistas

se impuseram. É necessário encontrar bons diretores e garantir-lhes boas situações. É verdade que somos mal remunerados em comparação com os salários dos países mais evoluídos. Poderíamos reclamar mais dinheiro e seria possível imprimir ainda mais cédulas, mas o seu valor diminuiria. É preferível exigir dos diretores e presidentes que expliquem o que querem fabricar e a que preço; o que querem vender e a que preço; qual será o lucro, qual a parte desse lucro que será investida na modernização da produção e qual a parte que é possível distribuir.

As manchetes dos jornais mostram que se trava na imprensa um combate muito vivo a respeito da democracia e da direção. Como produtores, os operários podem intervir mediante a escolha das pessoas que eles elegerão para a diretoria e os conselhos da empresa. Como empregados, agirão melhor em seu próprio proveito se escolherem como representantes, nos organismos sindicais, elementos capazes e honestos, sem levar em consideração a filiação política dos mesmos.

Dada a impossibilidade de, na hora atual, obter mais dos órgãos centrais, é necessário obter muito mais no escalão distrital, nomeadamente da parte dos comunistas.

Exigiremos a demissão dos que abusaram de seus poderes, dos que malbarataram o patrimônio coletivo e se comportaram de maneira desonesta ou brutal: é indispensável encontrar meios para obrigá-los a partir. Por exemplo: críticas em público, adoção de resoluções, organização de manifestações, colocação na aposentadoria, greves, coletas para a oferta de presente aos que saem.

Entretanto, devemos rejeitar veementemente os métodos ilegais, incorretos e grosseiros, pois eles poderiam ser utilizados para influenciar Alexandre Dubcek. Devemos reprovar solenemente o envio de cartas insultuosas, a fim de que, se os nossos adversários as receberem, saibam que eles endereçaram a si próprios.

Reanimemos a Frente Nacional. Solicitemos a realização de reuniões públicas dos comitês nacionais. Estabeleçamos comitês especiais e comissões de cidadãos para ocuparem-se das questões a que os funcionários não conseguem responder. É simples: basta que diversas pessoas se reúnam, elejam um presidente, redijam uma ata, publiquem suas conclusões, apelando para uma solução, e recusem a deixar-se intimidar. Transformemos a imprensa regional e local, que apenas reproduz os pontos de vista oficiais, dela fazendo uma tribuna para todas as forças políticas. Instemos

pela criação de conselhos de redação compostos de representantes da Frente Nacional ou então fundemos novos jornais.

Instauremos comitês para a defesa da liberdade de expressão. Organizemos nosso próprio serviço de segurança para as nossas reuniões públicas. Se chegarem ao nosso conhecimento notícias estranhas, verifiquemo-las, enviemos delegações às pessoas que são postas em causa, e que suas respostas sejam publicadas e, se possível, divulgadas em cartazes e jornais de parede. Concedamos o nosso apoio aos órgãos de segurança, quando eles combatem os crimes e delitos de direito comum. Não temos a intenção de provocar a anarquia de nem um estado de insegurança geral. Evitemos as discórdias entre vizinhos, renunciemos à impertinência e à animosidade política. Desmascaremos os boateiros e delatores.

Os deslocamentos através do país, por ocasião das férias, vão despertar o interesse pelos aperfeiçoamentos constitucionais entre tchecos e eslovacos. Consideramos que a federação é um meio adequado para solucionar a questão das nacionalidades. É, além disso, uma das medidas mais importantes que permitirá instaurar condições democráticas. Mas essa medida não garantirá, por si só, uma vida melhor para os eslovacos nem resolverá o problema do regime, quer na região dos tchecos quer na Eslováquia. A burocracia do Partido e do Estado poderá continuar reinando, mais do que nunca, mesmo na Eslováquia, sob o pretexto de que lhe será concedida maior liberdade.

A possibilidade de vermos forças estrangeiras intervirem em nossa evolução interna tem sido, nestes últimos tempos, uma grande fonte de apreensão. Face a essas forças muito superiores, tudo o que podemos fazer é conter as nossas e não tomar qualquer iniciativa. Damos ao governo a solene garantia de que o apoiaremos, mesmo pelas armas, enquanto ele cumprir aquilo para que recebeu o mandato. E damos aos nossos aliados a garantia que respeitaremos os nossos tratados de amizade, de aliança e de comércio. Censuras veementes e suspeitas latentes só tornariam mais difícil a posição do governo.

De qualquer maneira, não teremos com os outros países relações de igualdade, se não melhorarmos a nossa situação interna e se não levarmos adiante o nosso renascimento, até procedermos um dia a eleições que permitam eleger homens de Estado dotados de coragem, honra e sagacidade política suficientes para estabelecer e manter essas relações. Diga-se de passagem, é esse

o problema dos governos de todos os pequenos Estados do mundo. Esta primavera, tal como ocorreu após a guerra, uma grande oportunidade nos foi dada: temos, de novo, a possibilidade de inculcarmos uma forma que corresponda melhor à boa reputação de que gozávamos e à opinião relativamente boa que outrora fazíamos de nós próprios. Esta primavera chegou a seu termo. Nunca mais retornará. No inverno que se aproxima saberemos tudo.

Dito isto, aqui concluímos a nossa mensagem aos trabalhadores, camponeses, funcionários, artistas, técnicos e a todos. Esta declaração foi redigida com a sugestão de pessoas eruditas.

ANEXO C – Carta dos Cinco

“Caros camaradas, em nome dos Comitês Centrais dos Partidos Comunistas e Operários da Bulgária, Polônia, República Democrática Alemã, Hungria e URSS, endereçamos-vos esta carta, inspirada por uma amizade sincera, fundamentada nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, tendo em vista reforçar a posição da nossa causa comum – o socialismo – assim como a segurança da comunidade socialista.

Estamos profundamente preocupados com o desenvolvimento da situação do vosso país. Os ataques das forças da reação, sustentadas pelo imperialismo, contra o vosso Partido e contra os fundamentos do sistema socialista da Tcheco-Eslováquia ameaçam – segundo é nossa profunda convicção – desviar o vosso país do caminho do socialismo. É, portanto, um perigo que os interesses do sistema socialista, em seu conjunto.

Essa preocupação foi expressa durante a reunião de Dresde, no decurso das reuniões bilaterais e nas cartas que foram recentemente dirigidas pelos nossos Partidos ao Comitê Central do PC tcheco-eslovaco.

Recentemente, propusemos ao *Presidium* do Comitê Central do PC tcheco-eslovaco a realização de uma nova reunião, a 14 de julho, para se proceder a uma troca de pontos de vista e informações sobre a situação em nossos países e sobre a evolução dos acontecimentos na Tcheco-Eslováquia. Infelizmente, o *Presidium* do PC tcheco-eslovaco não participou da reunião e não aproveitou a oportunidade para discutir a situação coletivamente e entre camaradas.

Gostaríamos que vós nos compreendêsseis e interpretásseis corretamente o nosso objetivo. Não tivemos e não temos a intenção de intervir nas questões que interessam exclusivamente ao vosso Partido e ao vosso Estado, nem de violar o princípio de independência e igualdade dos países socialistas.

Não nos apresentamos como representantes do passado, desejosos de importunar-vos, quando vos incitamos a corrigir os erros e insuficiências, inclusive a violação da legalidade socialista.

Não interviremos nos méritos de planejamento e de gestão da economia tcheco-eslovaca, na vossa atividade dirigida, tendo em vista o aperfeiçoar as estruturas da economia e desenvolver a democracia socialista.

Saudaremos a regularização das relações entre tchecos e eslovacos, na base dos princípios de cooperação fraterna e no quadro da República Socialista Tcheco-Eslovaca.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos aceitar que forças estrangeiras desviem o vosso país do caminho do socialismo e exponham a Tcheco-Eslováquia ao perigo de ser afastada da comunidade socialista. Isto já não é, propriamente um problema só vosso. É o problema comum aos nossos países, que estão unidos pelo Tratado de Varsóvia para garantirem independência, a paz e a segurança na Europa e erguerem uma barragem indestrutível perante as manobras agressivas e revanchistas do imperialismo.

Os povos dos nossos países alcançaram a vitória sobre o fascismo de Hitler, ao preço de enormes sacrifícios, e obtivemos a liberdade, a independência e a possibilidade de seguir a via do progresso e do socialismo.

Jamais consentiremos que as realizações históricas do socialismo, a independência e a liberdade dos nossos povos corram perigo. Jamais consentiremos que o imperialismo, seja de maneira pacífica ou não, seja do interior ou do exterior, crie uma brecha no sistema socialista e altere as relações de força na Europa a seu favor.

O poderio e a solidez da nossa aliança dependem da força interior do sistema socialista de cada um de nossos países e do papel dirigente do Partido na vida social e política dos nossos povos e dos nossos países.

O fato de minar o papel dirigente do Partido Comunista leva à liquidação do sistema socialista e da democracia socialista. Assim se encontra ameaçada a base de nossa aliança, tanto quanto a própria segurança dos nossos países.

Como sabeis, os nossos Partidos acolheram com grande compreensão as resoluções que foram adotadas na sessão plenária do Comitê Central do PC tcheco-eslovaco, em janeiro último. Partíamos do princípio de que o vosso Partido, tendo as rédeas do poder firmes em suas mãos, dirigiria a totalidade do processo evolutivo em conformidade com os interesses do socialismo e não admitiria que as forças reacionárias anticomunistas se servissem desse processo como pretexto para alcançarem seus próprios desígnios. Estávamos convencidos de que o vosso Partido salvaguardaria, antes de mais nada, o princípio leninista do centralismo democrático.

Por diversas vezes falamos desses problemas, no decurso das nossas reuniões, e ouvimos as nossas garantias de que tínheis uma clara noção do perigo, ao qual estáveis resolutamente dispostos a opor-vos. Infelizmente, não foi assim que as coisas as coisas se passaram. As forças da reação, utilizando o enfraquecimento da direção do Partido e servindo-se com demagogia do princípio de “democratização”, desfecharam um ataque contra o PC tcheco-eslovaco e contra os seus quadros legítimos, com o propósito bem definido de liquidar o papel dirigente do Partido e criar antagonismo entre a Tcheco-Eslováquia e os outros países socialistas.

Nestes últimos tempos, os clubes e organizações políticas, formados à margem da Frente Nacional, converteram-se essencialmente em quartéis-generais das forças reacionárias. Os social-democratas esforçam-se, obstinadamente, por formar seu partido. Organizam comitês clandestinos e querem tomar a direção do país, para restaurar o sistema burguês. As forças contrárias ao socialismo apoderam-se da imprensa, rádio e telefone do vosso país. Servem-se desses meios para abalar as relações amistosas entre a Tcheco-Eslováquia e os demais países socialistas.

Apesar da resolução adotada em maio pelo plenário do Comitê Central do PC tcheco-eslovaco, os ataques da reação foram rechaçados. As forças da reação adquiriram, assim, a possibilidade de publicar sua plataforma política no documento intitulado *As Duas Mil Palavras*, o qual constitui uma oposição aberta ao Partido Comunista, um apelo à luta contra o poder constitucional. Essa declaração constitui uma grave ameaça para o Partido, para a Frente Nacional e para o Estado socialista. Essa declaração é, essencialmente, um programa político de contra-revolução. A ninguém é lícito deixar-se iludir pelas alegações dos autores desse documento, segundo as quais não tem intenção de derrubar o sistema socialista nem de agir sem a colaboração dos comunistas ou romper a aliança com os países socialistas. Não passam de frases vazias que visam a obter a legalização dessa plataforma contra-revolucionária e atenuar a vigilância do Partido e da classe trabalhadora.

As forças anti-socialistas e revisionistas abusam da passividade do Partido Comunista, difamam suas atividades, prosseguem nos ataques aos quadros do Partido e conspurcam o nome de comunistas honestos e dedicados ao Partido.

Foi criada, assim, uma situação absolutamente inaceitável para um país socialista. Nessa atmosfera, são igualmente lançados ataques contra a política

externa da Tcheco-Eslováquia e particularmente contra a sua aliança com os demais países socialistas.

Também se erguem vozes para a revisão da nossa política comum e coordenada em relação à Alemanha Federal, apesar de o governo Bonn continuar sua política hostil aos interesses de nossa segurança.

No vosso país, o curso que os acontecimentos tomaram nestes últimos meses indica que as forças sustentadas pelos centros contra-revolucionários imperialistas desencadearam um amplo ataque frontal contra o sistema socialista. É evidente que os centros reacionários do imperialismo uniram-se em face dos acontecimentos na Tcheco-Eslováquia e tudo fazem para tornar a situação ainda mais tensa e complexa. A imprensa burguesa, saudando a “democratização” e a “liberalização em curso na Tcheco-Eslováquia, mantém sua campanha de calúnias contra os países socialistas irmãos. Os meios dirigentes da Alemanha Federal estão particularmente ativos e tentam explorar os acontecimentos em curso na Tcheco-Eslováquia para gerar contradições entre os países socialistas, isolar a República Democrática Alemã e realizar suas pretensões revanchistas.

Não vedes o perigo? Será possível, numa tal situação, permanecer imóvel e ficar nas declarações verbais sobre a fidelidade à causa do socialismo e as obrigações decorrentes da aliança? Não vedes que a contra-revolução está conquistando uma posição após outra? Não vedes que o Partido está perdendo o controle dos acontecimentos e que bate cada vez mais em retirada, sob pressão das forças anticomunistas?

A vossa imprensa, o vosso rádio e a vossa televisão desencadearam uma campanha em ligação com os exercícios militares das forças do Pacto de Varsóvia. Não é para despertar a desconfiança e sentimentos de hostilidade a respeito da União Soviética e demais países socialistas? Os acontecimentos desenvolveram-se até um ponto tal que as manobras, que tinham sido organizadas com a participação de unidades soviéticas, são agora aproveitadas para proferir acusações de violação da soberania da Tcheco-Eslováquia.

A intenção secreta dessa campanha é ludibriar os trabalhadores tcheco-eslovacos e pôr em dúvida a verdade segundo a qual a Tcheco-Eslováquia só pode salvaguardar a sua independência e a sua soberania enquanto for um país socialista.

É nossa firme convicção que a situação criada na Tcheco-Eslováquia põe em perigo os alicerces socialistas do país e ameaça os interesses comuns essenciais dos outros países socialistas. Os povos dos nossos países jamais nos perdoariam a indiferença e negligência perante um tal perigo.

Os nossos países estão ligados por tratados e acordos. A importante obrigação comum dos nossos países e dos nossos povos baseia-se no esforço realizado em comum para defender o socialismo e garantir a segurança coletiva dos países socialistas.

Os nossos partidos não são unicamente responsáveis perante a sua própria classe operária, mas também perante a classe operária internacional, pelos seus atos. Não podem subtrair-se essas obrigações. Assim, devemos unir-nos e ser solidários na defesa das realizações socialistas, da nossa segurança e da nossa posição internacional.

Por conseguinte, somos da opinião de que uma oposição decidida aos ataques das forças anticomunistas, a luta travada para manter o sistema socialista da Tcheco-Eslováquia, não é unicamente uma tarefa vossa, mas igualmente nossa.

A causa do poder da classe trabalhadora e a defesa das realizações do socialismo na Tcheco-Eslováquia exigem:

- Uma ofensiva resoluta e corajosa contra as forças anti-socialistas da direita, a fim de mobilizar todos os meios de defesa que se encontram à disposição do Estado socialista;
- A cessação das atividades de todas as organizações políticas que tomam posição contra o socialismo;
- A utilização de todos os meios de informação – imprensa, rádio e televisão – no interesse da classe trabalhadora e do socialismo;
- A coesão das fileiras do Partido em torno dos princípios da manutenção do centralismo democrático e para a luta contra os que, em suas atividades, utilizam as forças do inimigo.

Sabemos que existem na Tcheco-Eslováquia forças capazes de defender o sistema socialista e de derrotar os elementos anti-socialistas. A classe operária, os intelectuais progressistas, e a maioria dos trabalhadores estão prontos para fazer, na Tcheco-Eslováquia, tudo que for necessário para o desenvolvimento da sociedade socialista. A tarefa atual consiste em mobilizar essas forças na luta contra as forças

reacionárias e as contra-revolucionárias, a fim de que o socialismo na Tcheco-Eslováquia se consolide. Estamos convencidos de que o Partido Comunista tcheco-eslovaco assumirá inteiramente as suas responsabilidades e tomará as medidas necessárias para combater a reação. Nessa luta, pode contar com a solidariedade dos países socialistas irmãos.